



Instituto Superior de Educação

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA

**MARIA DE FÁTIMA FERNANDES RAMOS CARDOSO**

TEMA:

**PRESSUPOSTOS E FUNDAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA  
FELICIDADE HUMANA EM ARISTÓTELES**



**LICENCIATURA EM ENSINO DE FILOSOFIA**

ISE, 2006

IISE, 2006

**LICENCIATURA EM ENSINO DE FILOSOFIA**

**ISE, 2006**

**MARIA DE FÁTIMA FERNANDES RAMOS CARDOSO**

**TEMA:**

**PRESSUPOSTOS E FUNDAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA  
FELICIDADE HUMANA EM ARISTÓTELES**

Trabalho Científico Apresentado no I.S.E. para obtenção do grau de Licenciatura em Ensino de Filosofia, sob orientação da Dra. Irene Santos da Cruz.

**ISE, 2006**

**MARIA DE FÁTIMA FERNANDES RAMOS CARDOSO**

Trabalho Científico apresentado ao Instituto Superior de Educação, aprovado pelos membros do júri e homologado pelo Conselho Científico, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura em Ensino de Filosofia

Data\_\_\_\_\_

O Júri;

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTO

Este trabalho não poderia ter atingido este ponto se não tivesse tido a bênção de Deus e a colaboração de muitos. Assim:

- Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus o grande professor, diante de quem humildemente me curvo. De vós, somente se originam todos os bens e todas as virtudes. E por isso, confiadamente, vos peço o dom da humildade e a sabedoria para aprender a educar com prudência a todos aqueles que me são confiados, principalmente aos meus filhos;
- Um agradecimento especial a minha professora Orientadora, Dra. Irene Santos da Cruz pela sua dedicação durante a elaboração deste trabalho e pela disponibilidade das suas bibliografias que amavelmente, aceitou ceder-mas.
- O meu agradecimento vai para o Instituto Superior de Educação, ao Departamento de História e Filosofia e aos meus professores que me souberam acolher com muita dedicação durante os cinco anos lectivos;
- Um agradecimento especial ao meu esposo, Pedro Cardoso, pela força que me deu durante os cinco anos de sacrifício.
- Um agradecimento especial, ao meu pai que não se limitou somente a dar-me a vida, mas cultivou em mim todos os valores que me transformaram num ser adulto responsável.
- Um grande obrigado aos meus irmãos, pela amizade que me dispensaram e pela força que me deram desde o primeiro instante que abracei os estudos.
- Um agradecimento especial ao Sr. Arcádio Monteiro, que amavelmente, aceitou ler o meu trabalho, revendo a redacção. As suas anotações revelaram-se importantes e enriquecedoras;

## DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, Jair e Gérson,

« (...) só se amadurece para a razão através do esforço próprio (...) »

Kant

À minha mãe,

É chegado o fim duma longa caminhada.

Diante de tantas alegrias, de tantas comemorações, sinto a falta de um abraço amigo e sempre disposto a proteger-me.

Neste momento, procuro por ti, busco o teu sorriso, a tua coragem, tua sabedoria, mas não as encontro.

Então lembro-me de que tu já não fazes parte dessa grande Peça Teatral a que chamamos «Vida». E especialmente, hoje a minha saudade é ainda maior.

Saudade da tua força, do teu apoio, das tuas palavras de incentivo.

Mais uma vez procuro por ti ... encontro-te em cada pedaço de mim, em cada dificuldade por que passei, em cada conquista, em cada sonho realizado, em todos os momentos em que pensei desistir ... e, então sinto que tu sempre estivestes ao meu lado e, apesar de não te ver, sei que estarás na plateia em pé com um largo sorriso, coração a transbordar de orgulho aplaudindo esta minha vitória que é também tua.

*«Que quimera é o homem? Que novidade, que monstro, que caos, que sujeito de contradição, que prodígio! Juiz de todas as coisas, verme imbecil; depositário da verdade, cloaca de incerteza e de erro; glória e nojo do universo. Quem deslindará esse mistério?»*

Pascal

## **METODOLOGIA**

Para desenvolver o tema «Pressupostos e Fundamentos para Construção da Felicidade Humana em Aristóteles», para além da elaboração de um projecto de investigação e de um plano que consideramos ser a metodologia fundamental para a execução de um trabalho científico, recorreremos ao levantamento de dados bibliográficos disponíveis referentes ao tema em apreço, trocamos opiniões e informações com alguns colegas e professores; fizemos uma pesquisa documental. Paralelamente à reunião de informação dinamizamos momentos de elaboração teórica mediante o método hermenêutico.

ÍNDICE.....	Páginas
Introdução.....	10 a 12



## Capítulo I

### A FELICIDADE EM ARISTÓTELES COMO PRODUTO DUMA ESCOLHA

RACIONAL/PRÁTICA.....	13
1. O fundamento da natureza humana em Aristóteles. ....	14
1.2, A relação entre leis de natureza e leis humanas.....	15 a 16
1.3. O instinto e a inteligência.....	17 a 20
1.4. A natureza das acções humanas.....	21 a 23

## Capítulo II

2. O BEM COMO FIM. A FELICIDADE HUMANA.....	24
2.1 A moral, o bem e o fim.....	25 a 26
2.1.1. A moral racional.....	27
2.2. O bem e o fim.....	28
2.3. A felicidade como excelência moral.....	29
2.4. O papel do intelecto na felicidade humana.....	30 a 31
2.5. Alguns componentes para a definição da felicidade humana.....	32 a 33

## Capítulo III

A VIRTUDE HUMANA.....	34
3. Definição da virtude.....	35 a 36
3.1. Sobre o prazer.....	37 a 39
3.2. As várias virtudes.....	40
3.2.1. A magnanimidade.....	41 a 42
3.2.2 A amizade.....	43
3.2.3 A virtude e a convivência social.....	44 a 46
3.2.4 A coragem.....	47 a 48
3.2.4 A justiça.....	49
3.2.5 A justiça e a equidade.....	50 a 51

## Capítulo IV

4. A FAMÍLIA A EDUCAÇÃO E O ESTADO.....	52
---	----

4.1. A família e a educação .....	53 a 56
4.2. A educação e as leis .....	57 a 61
4.3. A comunidade e a Polis.....	62 a 64
4.4. Caracterização da Polis .....	65 a 66
 CONCLUSÃO.....	 ...67 a 70
 BIBLIOGRAFIA.....	 ...71 a 72

## INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado, intitulado «Pressupostos e Fundamentos para a Construção da Felicidade Humana em Aristóteles», insere-se no âmbito do trabalho de fim de curso, que, constitui uma exigência do Instituto Superior de Educação (ISE), para a obtenção do grau de Licenciatura em Ensino de Filosofia.

Sendo a elaboração de um trabalho científico um requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Ensino de Filosofia, deve-se considerar esse propósito meramente académico. Contudo, julgamos ser sempre um desafio para qualquer estudante universitário o facto de, no último ano da graduação, ter de escolher um tema de pesquisa para a elaboração de um trabalho científico que lhe confere, em parte, o grau de licenciatura. É nesta medida que consideramos que a realização de um trabalho com estas características e exigências é também um desafio acompanhado de interesses pessoais e de motivações intrínsecas, os quais são determinantes para a sua realização.

A problemática em torno do valor da felicidade para a vida do homem e a dificuldade encontrada na sua realização plena, motivou-nos a fazer uma investigação que, no entanto, esta longe de se esgotar, devido à complexidade do próprio homem. Trata-se de um ser racional cuja vocação primordial é a conquista da felicidade. Sejam cultos ou ignorantes, ricos ou pobres, saudáveis ou doentes, trata-se pois, de um valor precioso para a vida humana. Não é por acaso que todas as nossas escolhas estão orientadas para um só objectivo: a felicidade. Todos querem ser felizes, mas não sabem qual é a «receita» concreta e definitiva a seguir para a construir.

Na actualidade, vivemos numa sociedade de consumo onde o materialismo é o valor dominante, embora alguns homens o sigam de forma inconsciente. Mas pode o materialismo, o hedonismo, o consumismo, o relativismo e todos esses valores desta nova sociedade, nomeada por Enrique Rojas por *Sociedade Light* corresponder às aspirações humanas e possibilitar ao homem o alcance da felicidade?

Será possível, neste mundo de contraste, a construção de uma felicidade duradoira e verdadeira? A prática da moralidade, o uso racional da liberdade, as descobertas científicas, a cultura, a religião, a política, a educação, a relação «eu e os outros», etc., apontam-nos

caminhos para a construção da felicidade? Quais são os seus aspectos positivos e negativos? Como ultrapassá-los?

O assunto desta tese foi imprescindível para a nossa formação, pois, permitiu-nos ampliar os nossos conhecimentos no campo da ética de um dos maiores filósofos da antiguidade, que, preocupado com o fim último do homem, investiu boa parte da sua vida a fazer levantamento de tudo aquilo que poderá pôr em causa o seu bem-estar, apresentando propostas de solução. As obras, *Ética a Nicómaco e Política*, são provas do seu grande esforço. E apesar de já se ter passado mais de dois milénios o conteúdo da sua teoria é sempre tema da actualidade.

Com este trabalho tentamos despertar nas pessoas as virtudes que entendemos ser indispensáveis para uma sã convivência social.

Pretendemos dispor de um documento filosófico que servirá de reflexão a todos aqueles que se sentem atraídos pelo bem-estar e querem escolher, de entre as várias possibilidades de ser feliz aquela que os eleva.

No **I Capítulo**, da nossa dissertação analisamos a problemática da felicidade em Aristóteles como produto duma escolha racional/prática baseada na prudência. Destacamos a importância que o Estagirita atribui à lei natural e à lei humana, o papel do instinto, da inteligência e da sociabilidade do homem para o seu desenvolvimento. E atendendo a instabilidade do ser humano, sentimo-nos na obrigação de reflectir também sobre a natureza das acções apelando à prudência, tanto para os que praticam a acção como para os que têm a função de julgá-la.

No **II Capítulo**, debruçamo-nos sobre: O bem como fim. A felicidade humana. Evidenciamos as razões que levaram Aristóteles a associar a ciência política com a moral; caracterizamos as diferentes formas da moral com destaque para a moral racional, identificando, deste modo, o bem como fim e concebendo a felicidade como excelência moral. Por fim analisamos a função do intelecto na felicidade humana e clarificamos até que ponto o bem-estar e a validação social podem ou não contribuir, no entender do Estagirita, para a verdadeira definição da felicidade.

No **III Capítulo**, a nossa análise está voltada para as virtudes humanas. É o Capítulo mais extenso, pois a ética do Estagirita tem como fundamento a prática da virtude. Ela é apelativa porque fornece uma descrição atraente da motivação moral. Nela definimos a virtude, e falamos sobre os prazeres. De entre as várias virtudes, analisamos as que entendemos ser mais importantes para a convivência social destacando os seguintes tipos de virtudes: a magnanimidade, a amizade, a verdade, a coragem a justiça e a equidade.

No **IV Capítulo**, frisamos o valor da família e do Estado, na promoção do bem-estar social, vimos a importância da educação para a felicidade humana, reflectimos sobre a sua problemática, destacando-a como tarefa complexa, que deve ser exercida tanto pelo Estado como pela família, no entanto, o primeiro nunca deve substituir a segunda. Identificamos o objectivo principal da Polis, apelámos aos homens do Estado que governam com justiça e por último caracterizamos os regimes.

Por último, extraímos algumas conclusões sobre a problemática em questão.

## **CAPÍTULO I**

### **A FELICIDADE EM ARISTÓTELES COMO PRODUTO DE UMA ESCOLHA RACIONAL/PRÁTICA.**

## **1. O FUNDAMENTO DA NATUREZA HUMANA EM ARISTÓTELES**

Aristóteles é um dos filósofos que deram grande contributo á história da humanidade, dispensando uma atenção especial ao campo ético. Preocupado com o fim último a que o homem aspira, reflectiu profundamente sobre a natureza humana deixando orientações do modo como os homens devem agir no mundo para poderem atingir o seu bem-estar. Demonstrou ser um grande pedagogo, devido ao método que utilizou para estudar o comportamento humano. O Estagirita inicia o seu estudo baseando-se na lei natural, e toda sua ética gira a volta disso, pois desde cedo compreendeu que na natureza nada acontece por acaso, tudo tem uma finalidade. A lei humana tal como a lei natural também tem em vista uma finalidade – a felicidade. Por isso, nesse capítulo vamos primeiramente comparar a lei natural com a lei humana. A primeira goza duma harmonia perfeita enquanto a segunda é imperfeita. Daí a razão para clarificarmos a psicologia de Aristóteles argumentando sobre as funções da alma, tendo em vista a excelência moral, onde são revelados as faculdades mentais: a razão e as emoções.

Aristóteles observou todos os elementos da natureza, mas ao homem atribuiu-lhe um lugar privilegiado, pois, possui inteligência e instinto. É pela inteligência que o homem se distancia dos outros seres da natureza. No entanto, todos eles se esforçam por se adaptar ao mundo. O Estagirita investigou exaustivamente o instinto e a inteligência humana, reconheceu a importância deles, embora não se convencesse de que é por aí que o homem se desenvolve na sua plenitude. É nesse sentido que ele continua a sua investigação e acaba por concluir que a sociabilidade tem um grande impacto na vida do homem. Assim, o Estagirita encarregou-se de saber que tipo de animal social é o homem e o que pretendia alcançar com a vida em sociedade. Dado que o homem é um animal complexo por natureza, os seus comportamentos variam constantemente, essa instabilidade por vezes compromete o seu bem-estar e o bem-estar dos que com ele convivem. Daí a razão de Aristóteles ter falado da natureza das acções humanas. Ele referiu que uma acção varia de acordo com a oportunidade. Por isso, fez um apelo à prudência, tanto para quem pratica a acção como para aqueles que têm como função, julgá-la.

## 1.2. A RELAÇÃO ENTRE LEIS DA NATUREZA E LEIS HUMANAS.

Aristóteles observou o universo e viu que havia uma relação de interdependência entre os seres que o compõe. Incorporou nas suas investigações a teoria da lei natural cuja concepção era a ideia de que tudo na natureza tem uma finalidade. O universo apresenta um conjunto de condições próprias para a existência dos seres vivos. Portanto o meio ambiente conforma-se com a vida ao mesmo tempo que a vida se conforma com o meio ambiente. A conformidade de que falamos tem a ver com as leis que são naturais e humanas. As primeiras nascem duma descoberta, são imanentes aos seres vivos e não vivos, é por isso que o Papa João II afirmou : «A lei «natural», [é a] presença da lei eterna de Deus na criatura racional, (...)»<sup>1</sup> as leis humanas são invenções dos homens, nota-se uma certa fragilidade nestas porque não são legais em todos os lugares. As leis naturais existem desde a origem do mundo e durarão enquanto aquele existir. Elas são universais e conseqüentemente muito poderosas. É nesse sentido que Edgar Morin afirmou: «(...) não foi um delírio romântico considerar a natureza como organismo global, (...) e que também é madrastra, utilizando a destruição e a morte como meio de regulação.»<sup>2</sup> E nessa óptica, que Aristóteles também afirmou: “A natureza nada faz em vão.”<sup>3</sup> Todos os seres vivos esforçam-se por se adaptarem ao meio e essa adaptação é alcançada através de lutas constantes. Os animais e as plantas estão inseridos no grupo de seres vivos porque exercem várias funções e possuem alma. Mas o que é isso de alma? Aristóteles define-a:

A alma é objecto da física, na medida em que é forma incorporada da matéria (...) [ela] está para o corpo como o acto da visão está para o órgão da vista: é a realização final da capacidade que é própria de um corpo orgânico (...) assim o corpo enquanto instrumento tem como função a de viver e de pensar; e o acto desta função é a alma.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> João Paulo II. *O Esplendor da Verdade*. Braga. Editorial A.O. 1993. Pág. 12.

<sup>2</sup> Edgar Morin. *O Paradigma Perdido: A Natureza Humana*. 6ª Edição. Portugal. Publicações Europa-América, 2000. Pág. 25.

<sup>3</sup> Alberto Alonso Munôz. *Introdução à Leitura da Política de Aristóteles*. Versão ultrapreliminar. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP. /Pág. 11.

<sup>4</sup> Cf. Nicola Abbagnano. *História da Filosofia*. Vol. I. 4ª Edição Lisboa. Editorial Presença. S/d. Pág. 230.



A alma e o corpo não são dois elementos separados. O corpo não pode existir sem alma; é forma expressiva e existencial da alma. E vice-versa a alma espiritual humana está de um modo essencial no corpo e não é pensável sem relação com o corpo. Assim, na psicologia aristotélica:

(...) a descrição dos conteúdos psíquico visa essencialmente a formação do indivíduo com vista á excelência; por esse motivo, as faculdades a revelar são as mentais: as emoções e a razão; (...) o objectivo é descrever todas as funções vitais do homem, fornecendo deste modo a sustentação do seu ser biológico.<sup>5</sup>

São três as funções da alma: «a vegetativa, a sensitiva e a intelectiva.»<sup>6</sup> O homem tem em comum com as plantas e outros animais as duas primeiras funções, mas a última só a ele pertence. A sensibilidade é própria dos animais, por isso, no entender de Aristóteles: «onde há percepção sensível, há também desejo e onde há desejo, há movimento (...).»<sup>7</sup> O homem é um animal racional, cheio de desejos, principalmente o de se adaptar ao meio e tirar o proveito que facilita o seu bem-estar. Esses desejos do homem fazem parte das leis da psicologia que por sua vez, devem ter uma relação saudável com as leis naturais. Estas podem ser abstraídas com rigor pela lei da física, mas as leis psicológicas estão longe de alcançar tal rigor.<sup>8</sup> Mas o homem, para poder adaptar-se coniventemente no mundo, tem de saber dosear os seus desejos. Apesar das imperfeições das leis da psicologia, elas exercem um papel fundamental na caracterização da maior e mais misteriosa energia que existe na face da terra, a qual chamamos de energia espiritual. Assim Aristóteles sustenta que «o intelecto (...) [a] parte considerada naturalmente dominante em nós, nos dirige e tem conhecimento das coisas nobilitantes e divinas (...).»<sup>9</sup> A psicologia racional está presente no ser humano, é através dela que se estuda a natureza da alma, para daí deduzir a sua origem e o seu destino.

---

<sup>5</sup> Cf. Maria José Marques de Figueiredo. *A Universalidade do Bem e as Particularidades da Liberdade*. Lisboa. Universalidade de Lisboa 2004. Pág. 48.

<sup>6</sup> Cf. Nicola Abbagnano. *Op. Cit.* Pág. 230.

<sup>7</sup> Cf. Alberto Alonso Munôz. *Op. Cit.* Pág. 15.

<sup>8</sup> Com isso não estamos a afirmar que as leis da física são infalíveis.

<sup>9</sup> Aristóteles. *Ética a Nicómaco*. 4ª Edição. Brasília. UNB. 2001. X, 1177 a. Pág. 201.

### 1.3. O INSTINTO E A INTELIGÊNCIA

O homem é um animal racional, cheio de desejos, mas também dotado do instinto como os outros animais. Quanto ao instinto, trata-se de uma realidade inata que se dirige para um fim que atinge necessariamente, enquanto a inteligência consiste numa aptidão que se vai aperfeiçoando, consoante a aplicação que dela se faça. Ela varia de indivíduo para indivíduo, conforme a capacidade intelectual e a instrução da pessoa, mas também tem muito a ver com o ambiente onde ela vive. O instinto humano, designa apenas uma tendência inata para agir e não implica o saber-fazer espontâneo que conduz á realização automática dessa tendência. Já nos outros animais, o instinto implica um saber-fazer que não se aperfeiçoa com a experiência, nem necessita de aprendizagem. O saber-fazer no homem, implica uma inteligência, é por meio dela que o homem poderá descobrir técnicas apropriadas à realização dessa tendência. Deste modo, podemos afirmar que o homem é um ser inteligente, é afectuoso, capaz de sentimentos nobres, através do qual se determina livremente.

É pela inteligência que a pessoa se conhece como superior a todos os restantes seres do universo, tem função nobre a cumprir, que não é um meio para a realização de um fim diferente de si mesma, mas ela própria é o seu fim que se realiza por si mesma. Mas é a vontade com a prioridade que lhe é inerente à liberdade que permite à pessoa realizar esse fim - liberdade do determinismo da natureza a que estão sujeitas as coisas físicas e as forças cegas e fatais do instinto que dirige os animais. No entanto, encontramos homens com personalidade fraca porque lhes falta uma vontade firme e energia ao serviço da inteligência esclarecida, isto é, falta-lhes o carácter.

O facto de o homem possuir a liberdade, muitas vezes é iludido a pensar que pode viver indiferente à natureza. Este argumento seria uma ilusão, uma vez que os homens, da mesma forma que os restantes seres, se encontram submetidas as mesmas leis. Assim, não obstante a liberdade humana de sentir e agir como bem entender a sua vontade, é impotente para modificar a estrutura da natureza. Por exemplo, se o homem quisesse subir a um monte e daí voar como um pássaro, o seu destino é cair por terra. É nesse sentido que «a imaginação é sedutora e pode pôr diante do desejo não o verdadeiro bem, mas apenas um bem que é bom somente em aparência.»<sup>10</sup> Porque o homem se deixa enganar pelas aparências? Os outros

---

<sup>10</sup> Aberto Alonso Munôz. *Op. Cit.* Pág. 17.

animais agem pelo instinto, mas curiosamente nunca se enganam. A natureza deles é diferente da do homem. Este possui o intelecto que é um dom, que o leva a reflectir sobre as suas acções. Ao reflectir sobre os seus actos, muitas vezes chega a conclusão de que se tivesse agido de outra forma poderia ter mais êxito. Não é por acaso que o homem muitas vezes volta a trás nas decisões que toma ou nas acções que pratica. Face a isto, constata-se que o homem está constantemente sujeito ao engano, mas ele tem capacidade para ultrapassar. É nesse sentido que Aristóteles afirma: «(...) o homem age e sofre, cria e destrói, se faz valer em toda a variedade dos seus modos de agir e de reagir (...)»<sup>11</sup> Contudo, o homem ainda não atingiu o pleno desenvolvimento do seu intelecto. Os outros animais,<sup>12</sup> (o caso das aranhas) como podemos observar no quotidiano, são infalíveis nos resultados dos seus trabalhos, mas o homem falha. O que está subjacente a essa diferença e a esse falhanço? Por um lado, podemos dizer que as aranhas não são dotadas de inteligência e de liberdade, por outro lado o homem é um ser livre e racional, mas não é perfeito. Se ele fosse perfeito não haveria necessidade de questionar, de contradizer aquilo que o outro faz ou o que ele mesmo pratica. Pela experiência sabemos que na vida tudo muda. Assim, « (...) o tempo é condição universal da mutação. A mutação mais simples, como a mais geral, é também aquela que é relativa ao próprio espaço ao movimento.»<sup>13</sup> Portanto, tudo está em movimento perpétuo. Nada permanece idêntico, se tal acontecesse, a luta dos contrários cessariam, Heráclito já nos tinha alertado sobre isso. Ele como autêntico pesquisador da interioridade humana afirma: «(...) o homem deve pois dirigir a pesquisa não só para si mesmo, mas também com o movimento, para aquilo que o liga aos outros»: Acrescenta ainda que « (...) a unidade do princípio criador não é uma unidade idêntica não exclui a luta, a discórdia, a oposição.» E para confirmar o sentido da mutação disse: «é necessário unir o completo ao incompleto (...) é dar-se conta de que de todos os opostos brotam da unidade e da unidade saem os opostos.»<sup>14</sup> Sendo assim podemos dizer que a luta dos contrários é o motor do desenvolvimento humano em todos os domínios da vida. Em (1) já tínhamos referido que a parte racional do homem é «misteriosa» porque, quando é conduzido para o campo prático da vida, ela é cheia de incertezas. É por isso que «o método de investigação em filosofia prática (...) consiste pois na caracterização da natureza humana, na

---

<sup>11</sup> Bernard Groethysen. *Antropologia filosófica*. 2ª Edição. Lisboa. 1988. Pág. 55.

<sup>12</sup> Dizer que os animais são infalíveis no resultado dos seus trabalhos, é muito discutível, dado que é impossível penetrar na consciência deles, para observar o que neles se passam. Por outro lado, não podemos interrogá-los. Apenas nos é possível observá-los as suas reacções físicas para deles deduzir os estados psíquicos. Os animais não revelam o pensamento racional que consiste em propor problemas e resolvê-las. Resolvem quando muito, algumas questões práticas que são de interesse vital, mas por tentativas e mais ou menos ao acaso, aproveitando os resultados felizes. É a associação espontânea e o hábito que os levam a essas soluções.

<sup>13</sup> Cf. Félix Ravaisson. *Do Hábito*. 2ª Edição. Lisboa. Editorial Inquérito. 1988. Pág. 11.

<sup>14</sup> Cf. Nicola Abbagnano. *Op. Cit.* Pág. 41 a 42.

sequência da qual se delimita o objectivo a atingir. Trata-se de um objectivo atraente: a felicidade; com os componentes habitualmente associados a ela: o prazer e o reconhecimento social.»<sup>15</sup> Esses componentes vão ser tratados nos próximos capítulos com mais pormenores. No entanto, ocorre-nos uma pergunta: eles garantem-nos alguma verdade? O primeiro é passageiro, o segundo é relativo e por outro lado os «conteúdos [da ética são] abertos [e] contam com circunstâncias diversas.»<sup>16</sup> A realidade é esta: a actividade do homem que é regida pela inteligência não está isenta do erro, por isso, ele duvida, mas os outros animais não têm capacidade de duvidar, pelo instinto praticam actos que são úteis a si de modo natural.

A avaliação que Aristóteles faz da natureza humana levou-o a concluir que não é pelo instinto que o intelecto humano pode atingir o seu pleno desenvolvimento, mas sim através da sociabilidade. Por isso no Prefácio de *Política* ele «é caracterizado de (...) filósofo-naturalista, observador da Natureza, das plantas, dos animais e dos homens, ao contrário de Platão, tem a noção exacta da dimensão social do Estado e do ser humano (...).»<sup>17</sup> O título atribuído ao nosso autor é digno de louvor, pois soube muito bem estabelecer a relação entre a natureza e os seres, na qual destacou o homem como animal social. O Estagirita sabe que o homem é dotado por natureza de capacidades que o pode conduzir ao triunfo da vida mas, para isso, exige o concurso duma vida comunitária devidamente organizada. As leis da natureza por ele preconizado tiveram repercussão nas regras morais. «[Pois] alguns tipos de comportamentos são «naturais,» enquanto outros são «contrários à natureza» são tidos como moralmente errados.»<sup>18</sup> Tal reconhecimento é próprio do homem tanto na relação consigo mesmo e principalmente na relação com os outros. A esse respeito Aristóteles afirma: «(...) perante os outros seres vivos, o homem tem as suas particularidades: só ele sente o bem e o mal, o justo e o injusto.»<sup>19</sup> Porque tende o homem conhecimento do bem e dele se desvia? Que fazer para superar essa falha? «(...) é necessário ter sido educado nas coisas belas para se compreender o que é belo e o que é justo; mas também é por isso que tem de haver um mínimo denominador comum para a discussão da ética, e esse denominador comum não diz respeito exclusivamente à inteligência, mas à disponibilidade para o bem.»<sup>20</sup> Resta-nos saber em que se baseia essa disponibilidade, mas isso é assunto que vai ficar para o próximo item.

Pelo exposto, podemos ver que a teoria da lei natural é indispensável ao homem, mas não é o único meio que o homem utiliza na sua actividade quotidiana. Aristóteles quis saber que

---

<sup>15</sup> Cf. Maria José Marques de Figueiredo. *Op. Cit.* Pág.46.

<sup>16</sup> Ibidem

<sup>17</sup> Aristóteles. *Política*. 1ª Edição Lisboa Edição Bilingue. 1998. Págs. 12 a 13.

<sup>18</sup> Cf. James Rachels *Elementos de Filosofia Moral*. 1ª Edição. Lisboa. Gradiva Editora. 2004. Págs. 87.

<sup>19</sup> Aristóteles. *Política*. *Op. Cit.* I, 1253 a. Pág. 55.

<sup>20</sup> Cf. Maria José Marques de Figueiredo. *Op. Cit.* Pág. 46 a 47.

tipo de animal social é o homem e que fins visam a vida em sociedade. Nas suas investigações ele chegou a conclusão de que a natureza humana só atinge certo grau de maturidade, equilíbrio sentido de responsabilidade e certo grau de cidadania, após uma longa experiência e preparação na escola da vida, cujo primeiro ambiente natural é a família. Não é por acaso que Aristóteles disse que «o homem é, por natureza um ser vivo político»,<sup>21</sup> mas uma vez, estamos perante um assunto cujo tratamento será dado nos próximos capítulos.

---

<sup>21</sup> Aristóteles. *Política. Op. Cit.* I, 1253 a . Pág. 53

## 1.4. A NATUREZA DAS ACÇÕES HUMANAS

Na introdução do livro III de *Ética a Nicómaco*, Aristóteles fez menção a excelência moral e relacionou-a com as emoções e acções afirmando que somente as emoções e acções voluntárias são louvadas e censuradas, enquanto as involuntárias são perdoadas, e às vezes inspiram piedade, é daí que vê a necessidade de se distinguir os dois tipos de acções. O seu objectivo é facilitar o trabalho dos legisladores e abrir horizontes aos que buscam a excelência. Aristóteles referiu ainda que uma acção varia de acordo com a oportunidade, que as palavras voluntárias e involuntárias servem de referência ao momento da acção. Isso demonstra que, de facto, o homem não é um ser estático, encontra em constante devir. Também fez alusão « as acções mistas evidenciando que há semelhança entre estas e acções voluntárias.»<sup>22</sup> A definição das acções voluntárias e involuntárias ajuda-nos a compreender as acções mistas. Os actos voluntários são aqueles que praticamos de livre vontade, enquanto os actos involuntários são feitos sem o consentimento da vontade, são irreflectidos. Ao fazermos juízo de valor de um acto devemos sempre ter em atenção esses pormenores para não cometermos injustiças. A prudência nesse aspecto é de extrema importância. Retomando as acções mistas, vejamos o exemplo que se segue: Alguém vai ao banco depositar dinheiro de uma empresa, no caminho aparece um assaltante, aponta-lhe uma arma, dizendo: «ou dás-me o dinheiro ou mato-te». Na defesa da própria vida, a vítima escolhe entregar o dinheiro. Esta acção é mista, porque a pessoa teve oportunidade de escolher uma das possibilidades, mas a coerção esteve presente. Esta acção pode ser louvada no sentido em que perdendo a vida, tudo acaba, mas tendo-a poderá recuperar o dinheiro perdido. Doutro lado, também pode ser censurada porque o homem é um ser afectuoso, mas também é astuto, e a presumível vítima pode estar de combinação com o assaltante para depois tirar dividendo. Se o legislador assim raciocinar, não deve receber da parte do público nenhum repúdio, mas o certo é que ele tem que empenhar esforço no sentido de descobrir a verdade. A excelência moral não é compatível com a desconfiança, mas da natureza humana tudo se pode esperar. Nós nunca sabemos da intenção duma pessoa e nem dele em relação ao outro. É nesse sentido que o autor da obra *Ética do Infinito* nos recorda o seguinte:

Se estou sozinho perante o outro, devo-lhe tudo; mas há o terceiro. Saberei eu o que é o meu próximo relativamente ao terceiro? Saberei eu se o terceiro

---

<sup>22</sup> Cf. Aristóteles. *Ética a Nicómaco*. Op. Cit. III, 1110 a. Pág. 49.

está de acordo com ele ou é sua vítima? (...) Por consequência, é necessário pesar, pensar, julgar, comparando o incomparável.<sup>23</sup>

Na prática de uma acção involuntária o sujeito não a escolhe nem quer o seu resultado, porque no entender de Aristóteles «( ...) somente aquilo que produz sofrimento e pesar é involuntário.»<sup>24</sup> Tomemos como exemplo a adolescente que é violada sexualmente, e dessa violação fica grávida. Como não é um acto desejado, os seus pais obrigam-na a abortar. Depois disso, ela fica com problemas e o médico confirma-lhe que nunca mais vai poder ter filhos. Portanto, desse acto involuntário resulta o sofrimento, pois a adolescente em momento algum aceitou livremente praticar tais actos (sexo e aborto) mas a desgraça caiu sobre ela. Nesse contexto Aristóteles afirma: «(...) ninguém é voluntariamente desgraçado, nem feliz contra a vontade, parece parcialmente falso e parcialmente verdadeiro, pois ninguém é feliz contra a vontade, mas a desgraça pode ser voluntária »<sup>25</sup> Muito antes de Aristóteles, Sócrates já tinha afirmado o seguinte: «ninguém é mau voluntariamente»,<sup>26</sup> no sentido em que só pratica o mal quem não conhece o bem. Na verdade a felicidade é construída pelo próprio indivíduo, ela é desejada, mas ninguém de bom senso desejaria a sua própria desgraça, embora por vezes ela surja com o nosso próprio consentimento.

Na linha de Sócrates «[o] agir por ignorância (...) [e] na ignorância (...)»<sup>27</sup> foi também mencionado por Aristóteles, que defende que uma pessoa age por ignorância quando há uma ausência total de conhecimento, Aristóteles apresentou o exemplo, de uma pessoa embriagada, que não tem consciência dos actos que pratica. Mas esse exemplo é questionado por existirem pessoas que não sentem coragem de praticar certos actos por serem considerados incorrectos e, consequentemente, censurados pela sociedade, no entanto embriagam-se de forma a tomar a coragem para tal. Neste caso apesar dessa pessoa ter agido por ignorância, trata-se de um acto voluntário, uma vez que, no entender de Aristóteles «(...) a origem da acção está no próprio homem, pois estava ao seu alcance não ficar embriagado, e a embriagues foi a causa de sua ignorância.»<sup>28</sup>

Num acto voluntário o indivíduo faz primeiramente a sua concepção, isto é, representa-o e indica os motivos de ordem intelectual e juízo de valor (boa ou má) e razões de ordem afectiva, como necessidades, desejos e tendências. Por exemplo, na escolha de parceiro conjugal, esta

<sup>23</sup> Emmanuel Levinas. *Ética e Infinito*. Portugal. Edições 70. 1982. Pág. 81.

<sup>24</sup> Aristóteles. *Ética a Nicómaco*. Op. Cit. III, 1110 b. Pág. 51.

<sup>25</sup> Idem. Op. Cit. III, 1113 b. Pág. 57.

<sup>26</sup> Bryan Magee. Os grandes Filósofos. Lisboa. Editorial Presença. 1989. Pág 18..

<sup>27</sup> Aristóteles. *Ética a Nicómaco*. Op. Cit. III, 1111 a. Pág. 51.

<sup>28</sup> Idem. Op. Cit. III, 1114 a. Pág. 57.

fase consistirá na representação das possíveis pessoas que serão escolhidas, com as várias vantagens e inconveniências de ordem intelectual e afectiva de cada uma. Segue-se a deliberação, isto é, o momento de estudo, durante a qual o espírito considera e compara os motivos pró e contra, toma consciência da causa que o move, sem se inclinar para qualquer das soluções. Depois, o indivíduo toma a decisão, escolhe uma das soluções propostas na deliberação. A decisão implica a execução, isto é, conduz-nos a realizar a decisão tomada. O exemplo apontado teria como fim, o início da actividade de uma vida a dois, ou pelo menos, a preparação para ela. Contudo, alguém que escolhemos por considerarmos ser boa pessoa pode vir a desviar-se. É nesse sentido que Aristóteles afirma que «a escolha parece voluntária, mas não é a mesma coisa que o voluntário, pois o âmbito deste é amplo.» Por outro lado acrescenta que «a escolha não é partilhada também pelos seres irracionais, mas a paixão e o desejo são.» No Entanto, o nosso moralista acredita que «(...) o desejo é contrário á escolha, mas o desejo não é contrário ao próprio desejo; mas ainda: o desejo se relaciona com o agradável e o penoso, mas a escolha não se relaciona nem com o penoso nem com o agradável.»<sup>29</sup>

Embora sabamos que a nossa vontade é absoluta, não devemos reduzi-la a um simples desejo. O desejo é mais de ordem passional do que de carácter voluntário. O homem levado por um desejo violento, é um obcecado e não é um homem de vontade, uma vez que o homem de vontade é o que sabe resistir aos seus impulsões. Assim, para Aristóteles o desejo é cego e a vontade uma actividade iluminada pela inteligência.

---

<sup>29</sup> Idem. *Op. Cit.* III, 1111 b. Pág. 53.



## **CAPÍTULO II**

### **2. O BEM COMO FIM. A FELICIDADE HUMANA.**

Neste capítulo, pretendemos evidenciar o papel da política de Aristóteles, não em termos de formulação de uma teoria que descreve as formas do governo na Polis, mas sim identificar o objectivo que está na base da vivência do homem em sociedade e a razão da reunião das ciências em torno da política, onde o destaque vai para a moral, que é entendida como a ciência do bem. São várias as formas da moral. Por isso, vamos caracterizá-las para melhor identificar o bem como fim e conceber a felicidade como excelência moral. Deste modo, vamos analisar a função do intelecto na felicidade humana e clarificar até que ponto o bem-estar e a validação social podem, ou não, contribuir para a verdadeira definição da felicidade.

## 2.1. A MORAL, O BEM E O FIM

O Homem é um animal político que deseja alcançar o bem. Assim como os homens se associam visando o bem comum, também a ciência política reúne todas as outras ciências de entre as quais está a moral. Aristóteles, na *Ética a Nicómaco*, afirma que:

(...) a ciência política usa as restantes ciências e, mais ainda, legisla sobre o que devemos fazer e sobre o que devemos abster-nos, a finalidade desta ciência inclui necessariamente a finalidade de outras e então a finalidade deve ser o bem do homem.<sup>30</sup>

O bem do homem é algo muito precioso, cada um, a sua maneira, procura-o incessantemente, mas não pode ultrapassar os limites estipulados pela lei porque, no entender de Aristóteles, «(...) embora seja desejável atingir a finalidade apenas para um único homem, é mais nobilitante e mais divino atingi-lo para uma nação ou para as cidades.»<sup>31</sup>

Para Aristóteles a moral é entendida como a ciência do bem. Por isso, vamos fazer uma análise sobre as concepções da moral, do bem e do fim estabelecidas pelo Estagirita. A moral tem como fim dirigir as acções humanas de modo que o homem possa atingir o «bem supremo», que é a felicidade, considerando ao mesmo tempo que viver bem equivale a ser feliz; contudo é evidente que quanto ao que realmente é a felicidade, há divergências, «(...) as pessoas competentes da maioria divergem entre si, e muitas vezes a mesma pessoa identifica com coisas diferentes, dependendo das circunstâncias.»<sup>32</sup> Na perspectiva aristotélica, a questão fundamental da moral é o bem. É este bem, que condiciona todo o nosso procedimento, é a razão de ser de toda a nossa vida e, por isso, o procedimento do homem depende da ideia que ele fizer desse bem. Assim, haverá tantas formas de moral quanto os conceitos que tenhamos acerca do bem. É por isso que uns colocam o bem, no prazer, gozo imediato que é designado de hedonismo;<sup>33</sup> outros no gozo prudente e calculado baseado no interesse, são as morais utilitaristas; outros ainda cultivam sentimentos desinteressados como por exemplo a moral da

<sup>30</sup> Aristóteles. *Ética a Nicómaco*. *Op. Cit.* I, 1094 b. Pág. 18

<sup>31</sup> Ibidem.

(Aristóteles tem sempre presente o fim que seja bom para toda a comunidade. isso é compreensível. Se a finalidade do homem individual é ter saúde, ela é extensiva a cidade porque sem a saúde ele não poderá trabalhar para o seu bem e o da colectividade).

<sup>32</sup> Idem. *Op. Cit.* I, 1095 a. Pág. 19.

<sup>33</sup> Enrique Rojas. *O Homem Light*. Portugal. Edição Gráfica de Coimbra. S/d. Pág. 14.

solidariedade, da honra para com o seu semelhante e outros ainda fazem consistir o bem supremo, na perfeição da natureza racional - são as morais racionais.

O prazer e o interesse são meios que o homem utiliza para ver se encontra o bem que procura, embora não sejam fins em si, não deixam de ser importantes. Ambos são de várias espécies, como já vimos anteriormente, se o homem os encarar como bem supremo estaria a agir como um ser irracional. « O homem, com efeito, não é como os animais, que vão simplesmente atrás dos prazeres que lhe acontecem. Ele articula-os. O que quer dizer que sacrifica uns a favor de outros (...)».<sup>34</sup> Há ainda necessidade de o homem dosear e priorizar os seus prazeres, de forma a não agir irracionalmente. Sabemos que os prazeres aumentam o nosso contentamento, mas, quando o homem fizer o mau uso deles, a natureza encarrega-se de puni-lo. É por esta razão que os prazeres, principalmente os sexuais, já desencantaram tantos e tantas na medida em que tiveram como consequência: nascimentos de filhos indesejados, infecção de sida de entre outros males.

A moral sentimental, embora superior à utilitária, não é suficiente porque satisfaz-se com a boa impressão que as nossas acções possam provocar nos outros, mas podemos dizer que o seu carácter não é universal e nem obrigatório por se tratar de carácter que é próprio da moral. É que as coisas não nos afectam em virtude de si mesmas, mas em virtude da maneira como as representamos, isto é, em razão do significado e valor que elas têm para nós.

---

<sup>34</sup> José Reis. *Prazer ou Essência do Ético e do Estético*. In: Da natureza ao sagrado. Homenagem a Francisco Vieira Jordão. Edição da Fundação Eng. António Almeida. Porto. 1999. Pág. 504.

### 2.1.1. A MORAL RACIONAL

A moral racional põe o bem supremo na perfeição da natureza racional. Aristóteles é um dos impulsionadores dessa moral. No início do Livro I, afirmou:

«Toda arte e toda investigação, assim como toda acção e todo propósito visam a algum bem; por isto foi dito acertadamente que o bem é aquilo que a todas as coisas visam.»<sup>35</sup> Isto significa que toda a nossa acção, não é feita por acaso, mas obedece a um fim. O problema que se coloca, é se, de todas as coisas que propomos ou fazemos, estão direccionados para o bem? Quando praticamos um acto com intenção de ajudar alguém, se esse vier aferir a dignidade da outra pessoa, será isso bem? Um resultado que se obtém contra a dignidade humana não pode ser um bem. A tese sustentada por Aristóteles, nem sempre se coaduna com a realidade humana, cuja inteligência está sempre, ou quase sempre a atraí-lo aquilo que é o verdadeiro bem. «Se todas as acções visam e produzem o bem, a discussão tornar-se inútil, como se torna inútil divisar regras. Neste caso, bastaria simplesmente agirmos porque, sempre que agíssemos, agiríamos bem.»<sup>36</sup> A referida tese é apenas um ensaio do Estagirita para depois dar voo mais alto em direcção ao fim último, pois a sua «(...) [introdução] a noção de bem [foi generalizada] e não [problematizada].»<sup>37</sup> O que Aristóteles fez é coisa própria de um bom pedagogo, tratando-se de um tema complexo que é a racionalidade humana em relação ao bem e ao fim, tinha que alargar os seus horizontes para depois, os cingir naquilo que, realmente o conduz ao verdadeiro fim em si e não um fim por causa de outra coisa.

---

<sup>35</sup> Aristóteles. *Ética Nicómaco*. Op Cit. I, 1094 a. Pág. 17.

<sup>36</sup> Maria José Marques de Figueiredo. Op. Cit. Pág. 56.

<sup>37</sup> Idem. Op. Cit. Pág. 57.

## 2.2. O BEM E O FIM

Todo homem tem que ter um único objectivo na vida, se não tomar a consciência disso, corre o risco de nunca encontrar o verdadeiro bem, dito por outras palavras «se não souber para onde quer [chegar] corre o risco de se encontrar em qualquer lugar [...]»<sup>38</sup> Para evitar desencontros entre o bem que se quer e a finalidade última a atingir, é necessário que os homens organizem, metodicamente, os seus prazeres mas, para isso têm de conhecer a natureza do bem que tais prazeres lhes proporcionam. Aristóteles fez esse percurso e, a respeito, disse o seguinte: «(...) se deve falar dos bens de duas maneiras [:] (...) alguns devem ser bons em si e outros em função destes». <sup>39</sup> Podemos ver que não há um único bem, e o homem, de entre os bens existentes, terá de escolher o melhor, visto que «nem todas elas são finais.»<sup>40</sup> A autora da obra, *A Universalidade do Bem e as Particularidades da Liberdade*, questionou muito sobre a declaração de Aristóteles, «de que tem que haver um único fim último na vida de todos os homens (...)»<sup>41</sup> mas acabou por reconhecer a vantagem dessa metodologia usada pelo Estagirita. Por isso afirmou: “(...) os homens têm de ter um, e um único fim último na sua vida, que lhes permita organizar hierarquicamente os desejos em situações de conflito, conferir maior bondade a uns que a outros e optar por aquele que lhes proporciona a obtenção do fim que colocaram como fim superior.»<sup>42</sup>

Só quem acredita no fim último, é capaz de submeter ao sacrifício de suprimir alguns bens em benefício do bem maior que é a felicidade.

---

<sup>38</sup> Cf.. Glória Brito e outro. *Antologia de Língua Portuguesa* – Setúbal. Edição Escola superior de Educação. 1994. Pág. 35.

<sup>39</sup> Aristóteles. *Ética a Nicómaco*. *Op. Cit.* I, 1096 b. Pág 22.

<sup>40</sup> Idem. *Op. Cit.* I- 1097 a , Pág. 23.

<sup>41</sup> Maria José Marques de Figueiredo. *Op. Cit.* Pág. 61.

<sup>42</sup> Idem. *Op. Cit.* Pág. 63.

## 2. 3. A FELICIDADE COMO EXCELÊNCIA MORAL

Pela natureza humana sabemos que o homem é um ser imperfeito. Está sujeito a variações constantes, quer devidas às transformações internas que nele se operam, quer resultantes da acção do ambiente. Apesar da sua imperfeição, ele é um ser que incessantemente procura o bem supremo. Esse bem, como nota Aristóteles, é a felicidade. Assim como não há um consenso à volta da forma da moral por excelência, a qual tivemos oportunidade de mostrar no ponto 1.2, também não há um acordo em que consiste a felicidade. Ela funda-se no prazer, nas honrarias, nas riquezas, ou na vida contemplativa? Os prazeres e as honrarias são valores mutáveis. Embora saibamos que elas nos proporcionam momentos de felicidades, contudo esses momentos não são duradouros. Aristóteles assegura-nos que: «( ...) um curto lapso de tempo , não faz um homem bem-aventurado e feliz.»<sup>43</sup> O homem tem que ser prudente e perseverante. Aquilo que consideramos como bem deve ser praticado em todos os lugares e durante a nossa vida, seja qual for a circunstância. Se o homem esmorecer, acaba por contribuir para sua infelicidade. A conduta moral do indivíduo é importantíssima. Ela deve ser moderada, sem «excesso» e sem «defeito», deve basear-se naquilo que Aristóteles denominou de «meio-termo.» Tal conduta deve ser adquirida por meio de hábitos, porque os nossos actos à medida que se vão repetindo, ganham facilidade de execução. Habituar a ter uma boa conduta, vale muito mais que praticar uma série de boas acções isoladas. Assim, o alcance da excelência moral exige, acima de tudo, um esforço da nossa inteligência e da nossa vontade.

---

<sup>43</sup> Aristóteles. *Ética Nicómaco. Op. Cit.* I, 1098 a. Pág. 25 .

## 2. 4. O PAPEL DO INTELECTO NA FELICIDADE HUMANA

O bom hábito adquire-se sobretudo pelo exercício do intelecto. Mas como sabemos o homem não possui somente a razão, há nele também o apetite sensível, desejoso dos bens temporais opostos ao comando da razão. Aristóteles afirma que: «(...) não devemos duvidar de que haja na alma um elemento além da razão, resistindo e opondo-se a ela, (...) Mas mesmo este elemento parece participar da razão (...)»<sup>44</sup>

A alma é a dimensão nobre do nosso ser. O corpo condiciona e reflecte o seu estado. Portanto, a saúde, a alegria a paz, a experiência daquilo que chamamos felicidade é o resultado da integração de todo o nosso ser. Só nos sentimos satisfeitos quando damos respostas à nossa sede espiritual, tudo que é espiritual é racional. Se o nosso corpo tomar rumo contrário ao da alma, toda a nossa pessoa sente a falha. Somente um ser racional é capaz de sentir se a alma e o corpo estão ou não em sintonia com a mais alta aspiração humana que é a felicidade.

Se a felicidade é proporcionada pela divindade ou pela sorte também foi alvo de reflexão por parte de Aristóteles. Ele afirmou: «( ...) a felicidade parece estar entre as coisas mais divinas (...)» Quanto à sorte ele acrescentou que «(...) muitas mudanças e vicissitudes de todos os tipos ocorrem no curso da vida, e as pessoas mais prósperas podem ser vítimas de grandes infortúnios na velhice (...) e ainda acrescenta: «Ninguém pode considerar feliz uma pessoa que experimentou tais vicissitudes e teve um fim tão lastimável.»<sup>45</sup> Há no homem uma certa ascendência sobre a matéria, porque a pode transformar com o seu esforço e com a sua técnica, mas mesmo assim, pode passar pelo infortúnio, embora exista, sempre no interior de cada homem a esperança de um dia ser feliz. É nesse sentido que o homem luta por ultrapassar a fortuna e alcançar o bem, a excelência. É de realçar que para Aristóteles:

O sucesso ou o fracasso na vida não depende dos favores da fortuna, mas a vida humana, como dissemos, também deve contar com eles, na realidade, são nossas actividades conformes à excelência que nos levam à felicidade, e as actividades contrárias nos levam à situação oposta.<sup>46</sup>

<sup>44</sup> Idem. *Op. Cit.* I, 1102 b. Pág. 33.

<sup>45</sup> Idem. *Op. Cit.* I, 1099 b ; 1100 a. Págs. 27 a 28 .

<sup>46</sup> Idem. *Op. Cit.* I, 1100 b. Pág 29.

Pressupomos que a intenção do autor é levar o homem a fazer a ligação com factos históricos, pois a virtú e a fortuna se alteram, portanto, o homem poderá orientar-se segundo o que já aconteceu e, a partir daí, prevenir-se contra o mal, tentando fazer o melhor possível porque tudo o que é excelente é louvável Por isso, Aristóteles afirma: «( ...) o louvor convém a excelência, pois é esta que torna o homem capaz de praticar acções nobilitantes (...)»<sup>47</sup> É de recordar que a excelência aristotélica não se alicerça no corpóreo, mas sim, na alma. Ele mesmo afirmou: «(...) A excelência humana significa (...) a excelência não do corpo, mas da alma, (...) a felicidade é uma actividade da alma.»<sup>48</sup> O Estagirita enaltece a alma, mas tem a consciência de que é no corpóreo que ela se realiza. Por isso, Aristóteles apresentou as duas excelências: a intelectual e a moral. A primeira requiere tempo e experiência, baseia-se na educação e, a segunda, depende do hábito. Ter uma boa educação, adquirir bons hábitos é uma das condições para a prática da virtude. Sobre estes conceitos falaremos no próximo capítulo. Mas o passo que a seguir vamos dar é no sentido de descobrir até que ponto outros componentes podem contribuir para a verdadeira definição da felicidade humana.

---

<sup>47</sup> Idem. *Op. Cit.* I, 1102 a. Pág. 31 .

<sup>48</sup> Idem. *Op. Cit.* I, 1102 a. Pág. 32 .



## 2.5. ALGUNS COMPONENTES PARA A DEFINIÇÃO DA FELICIDADE HUMANA.

A felicidade é uma noção complexa e problemática; na tentativa de chegarmos à sua verdadeira definição, vamos conectar alguns componentes à educação e ao hábito. São eles: o bem-estar e a validação social. Quanto ao bem-estar, Aristóteles baseou-se na observação empírica de que as opiniões humanas alteram e estão sujeitas a adaptar-se às circunstâncias mutável da vida. Por isso afirmou: «Na medicina, ele é a saúde, na estratégia é a vitória, na arquitectura é a casa (...) é por causa da [felicidade] que os homens fazem tudo mais.»

<sup>49</sup> Apesar desses bens não constituírem o fim último, nós não os dispensamos, e isso mostra que somos seres circunstanciais, sujeitos às mudanças e à readaptação, sem se esquecer também de que reina no homem a consciência viva da importância da variedade de bens que facilitam uma vida feliz, dentro do seu meio social. Nesse jogo, entra a nossa subjectividade e a nossa objectividade porque, como exclamou Emílio Durkeim: «Quão mais rica e complexa é a vida moral da sociedade, com as suas aspirações de todo o género, que se completam e se entrecrocaram!»<sup>50</sup> Diante dos choques das aspirações, a nossa objectividade tem um papel a cumprir: anular os conflitos, sejam eles internos ou externos ao sujeito, de modo que torna efectiva a sua felicidade. Mas a subjectividade e a objectividade do indivíduo não são suficientes para definir a sua felicidade, uma vez que todo o acto moral, por mais individual que seja, tem muito a ver com a vida comunitária; é neste sentido que, para Aristóteles «(...) o homem é por natureza animal social.»<sup>51</sup> A sua acção moral precisa ser validada pelo público. O juízo do público se direcciona para dois alvos: o bem e o mal. Assim, «(...) um homem não é bom se a sua bondade não for publicamente ratificada.» Por outro lado a «(...) aprovação social [permite – obriga] a (de) limitar a rédea das suas inclinações pessoais (...)»<sup>52</sup> Para confirmar a posição da autora, recordamos aqui que Sócrates foi um exemplo vivo que marcou a história da humanidade, devido ao seu empenhamento numa investigação rigorosa do bem, no entanto o reconhecimento do público (os detentores do poder) foi pela negativa. Jesus Cristo é outro exemplo, durante a sua vida terrena ensinou o bem, mas teve um final trágico devido ao reconhecimento indevido do público. Que razão tinha o público para reprovar a

<sup>49</sup> Idem. *Op.Cit.* I, 1097 a. Pág. 23.

<sup>50</sup> Emílio Durkeim. *Sociologia Pragmatismo e Filosofia*. Portugal. Rés Editora. Págs. 243 a 244.

<sup>51</sup> Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. *Op. Cit.* I, 1097 b. Pág. 23.

<sup>52</sup> Maria José Marques de Figueiredo. *Op. Cit.* Pág. 79 - 80.

acção desses dois grandes homens? A justificação da tamanha barbaridade não tinha razão de ser, mas a opinião pública tem um grande peso, principalmente quando se trata dos homens poderosos. Mas mesmo assim não conseguiram tirar o mérito aos supracitados homens, morre um homem mas fica a obra. Jesus Cristo, diante da tamanha injustiça disse: «Perdoa-lhes, Ó Pai, porque não sabem o que fazem.»<sup>53</sup> E Sócrates, por sua vez, afirmou: «Se imaginais que, matando homens, evitareis que alguém vos repreenda a má vida, estais enganados; essa não é uma forma de libertação (...) eficaz nem honrosa (...) em vez de tapar a boca dos outros, preparar-se para ser o melhor possível.»<sup>54</sup>

Os governantes exercem necessariamente o seu poder em relação aos outros homens, mas nem sempre a decisão que tomam é a mais correcta, no caso do episódio narrado, os poderosos não aceitaram de bom grado as ideias do bem que os dois membros da comunidade apresentaram, foram tratados como malfeitores. Um promotor do bem-estar deve servir de modelo, para isso deve apostar na educação para a excelência. Sócrates e Jesus Cristo tinham uma outra forma de conceber a felicidade, não se importavam com a fama, simplesmente estavam a cumprir a missão de cultivar a pratica da virtude. Esta tem um papel importantíssimo na prática da excelência, é precisamente sobre ela que vamos falar no próximo capítulo.

---

<sup>53</sup> São Lucas, 23- 33. Bíblia Sagrada. 1ª Edição. Lisboa. Difusora Bíblia. 1982.

<sup>54</sup> [http://www.mundo\\_dos\\_filosofos.Com.br/socrates3.htm](http://www.mundo_dos_filosofos.Com.br/socrates3.htm)

### **CAPÍTULO III**

#### **A VIRTUDE HUMANA**

### 3. A DEFINIÇÃO DA VIRTUDE

Aristóteles, na sua obra *Ética a Nicómaco*, falou essencialmente de virtude. É no princípio do Livro II que ele distinguiu as duas excelências: a intelectual e a moral. A génese da primeira bem como o seu crescimento está ligado ao ensino, consiste no próprio exercício da razão e por isso é chamado de virtude intelectual ou racional; a segunda é originária do hábito, consiste no domínio da razão sobre os impulsos sensíveis, determina os bons costumes.

O Estagirita afirmou que «(...) nenhuma das várias formas de excelência moral se constitui em nós por natureza, pois nada que existe por natureza pode ser alterado por hábito.»<sup>55</sup> (Já tínhamos referido no capítulo I, ponto 1.2., o falhanço do homem em modificar o que existe nele por natureza.) Embora a virtude diga respeito ao homem, ela é distinta da sua natureza. Pela prática das virtudes, o indivíduo pode orientar a sua vida em diversos sentidos, e o hábito juntamente com as virtudes vai desempenhar um papel muito importante, pois é pela repetição que os nossos actos vão ganhar certa consistência. Para além dessa função, o hábito acaba sempre por despertar no indivíduo a noção de responsabilidade pessoal por aquilo que escolhe.

Aristóteles afirma: «As coisas que temos de aprender antes de fazer, aprendemo-las fazendo-as.»<sup>56</sup> A esse aprender e a esse fazer, Aristóteles associou-os a moderação e a coragem, pois entende que esses dois componentes têm peso na determinação da qualidade dos nossos actos (bom ou mau). Para isso, vamos ver como Aristóteles definiu a virtude: «(...) uma disposição da alma relacionada com a escolha de acções e emoções, disposição esta consistente num meio termo (...)»<sup>57</sup>

A virtude aristotélica tem como função dispor-nos a tomar decisões, mas o moralista fez questão de dizer que só podemos «[deliberar] sobre as coisas que estão ao nosso alcance e podem ser feitas.»<sup>58</sup> Contudo, consciente de que na vida pode surgir-nos questões de difícil decisão, Aristóteles aconselha-nos a «[recorrer] a outros para ajudar-nos na deliberação sobre questões importantes (...)»<sup>59</sup> Se é verdade que temos necessidade da ajuda dos outros, devemos saber escolher alguém com quem podemos contar. Mas é sempre bom que antes de

---

<sup>55</sup> Aristóteles. *Ética Nicómaco. Op. Cit.* II, 1103 a. Pág. 35.

<sup>56</sup> Ibidem.

<sup>57</sup> Idem. *Op. Cit.* II, 1107 a. Pág 42.

<sup>58</sup> Idem. *Op. Cit.* III, 1112 b. Pág 54.

<sup>59</sup> Idem. *Op. Cit.* III, 1112b Pág 55.

recorrermos a outros, devemos pensar nas várias alternativas e levar adiante a deliberação que permite a realização daquilo que pretendemos. É por isso que Aristóteles afirmou que devemos «[ deliberar ] não sobre fins, mais sobre meios (...)»<sup>60</sup> Quanto à felicidade, por mais que arquitectemos meios, o seu alcance torna-nos cada vez mais distante. Por um lado, não há uma receita pronta e acabada de felicidade, e por outro, o homem tem as suas deficiências morais. Assim:

O homem que evita e teme tudo e não enfrenta coisa alguma torna-se um covarde; em contraste, o homem que nada teme e enfrenta tudo torna-se temerário; da mesma forma, o homem que se entrega a todos os prazeres e não se abstém de qualquer deles torna-se concupiscente, enquanto que o homem que evita todos os prazeres (...) torna-se de certo modo insensível (...) <sup>61</sup>

É neste sentido que Aristóteles introduziu a teoria do «meio-termo» para poder equilibrar a deficiência moral. Contudo, nem mesmo com a introdução deste conceito ficou resolvido a problemática da ética em Aristóteles.

A virtude é um traço de carácter nos homens, mas o vício também o é, são manifestadas nas acções do dia a dia. Tanto um como o outro são desejados porque proporcionam prazer ao homem. Mas o prazer do segundo só é agradável a quem o pratica, em nada beneficia os outros com quem convive. Por isso, «a virtude e os vícios são qualidades a que nos referimos para decidir se alguém merece ser procurado ou evitado.» <sup>62</sup>

---

<sup>60</sup> Ibidem.

<sup>61</sup> Idem, *Op. Cit.* II , 1104 b. Pág 37.

<sup>62</sup> James Rachels. *Op. Cit.* Pág. 249.

### 3.1. SOBRE O PRAZER

A educação e os bons hábitos estão na base da ética aristotélica; é a partir delas que o Estagirita propõe que toda a acção do homem deve girar. No nosso dia a dia experimentamos como é difícil a prática da virtude. Por isso Aristóteles afirmou: «(...) a excelência moral [está] permanentemente [preocupada] com o que é difícil, pois até as coisas boas são melhores quando são difíceis.»<sup>63</sup> Mas o homem tem tendência natural para satisfazer os seus prazeres, sentir-se feliz, optando pelo caminho do mais fácil. A título de exemplo: um jovem sedente de prazer, entende que o seu problema será resolvido se consumir estupefacientes, depois do consumo começa o sofrimento, pois, quanto mais consome mais quer, porque não consegue satisfazer plenamente o seu prazer. A não satisfação plena do prazer é motivo do sofrimento. Muitas vezes o indivíduo cai sobre si, toma consciência do mal em que se envolveu, então procura outro caminho, embora nem sempre ocorra essa consciência. No entender de Aristóteles, « (...) a excelência moral se relacionará com o prazer e o sofrimento (...) mas é por causa do prazer e do sofrimento que os homens se tornam maus, perseguindo-os e evitando-os. (...)»<sup>64</sup> Partindo do princípio de que todo o homem deve aprender com os seus erros, Aristóteles considera que o maior mal do homem não é praticar o mal, mas sim, permanecer nele. Para além de se relacionar prazer com o sofrimento, também ligou prazer à cólera. Ele salientou que: «( ...) é mais difícil lutar contra o prazer do que contra a própria cólera.»<sup>65</sup> A cólera é algo momentâneo e quase sempre provocada por outrem, mas o prazer é algo que parte dentro de nós, é persistente e muitas vezes não vai ao encontro da lei moral. O nosso corpo é como que inimigo do nosso espírito. O mérito do primeiro está em saber ultrapassar os prazeres que vão contra o segundo. É uma tarefa que exige do indivíduo esforço e abnegação. São Paulo na sua carta aos Romanos, adverte-nos também tratar-se de uma luta difícil. Numa das suas passagens afirma o seguinte: «(...) Sinto o prazer na lei de Deus, de acordo com o homem interior. Mas vejo outra lei nos meus membros, a lutar contra a lei da minha razão e a reter-me cativo na lei do pecado que se encontra nos meus membros. Que desditoso homem que eu sou!»<sup>66</sup>

---

<sup>63</sup> Idem. *Op. Cit.* II, 1105 a. Pág. 38.

<sup>64</sup> Ibidem.

<sup>65</sup> Ibidem.

<sup>66</sup> São Paulo. *Romano 7- 22 a 24*. Bíblia Sagrada. Op.Cit.

Estamos perante a complexidade da dimensão humana que exige uma escolha. Aristóteles explicou no Livro III que «(...) a escolha será um desejo deliberado de coisas ao nosso alcance pois, quando, após a deliberação, chegámos a um juízo de valor, passamos a desejar em conformidade com a nossa deliberação.»<sup>67</sup> Na linha de pensamento aristotélico outra voz se pronuncia que «cada um selecciona para si um tipo de vida, que o obriga a escolher de entre o conjunto de apetites interiores e de opções exteriores, aqueles que melhor o servem,» (...) e por outro lado «ser virtuoso não consiste em fazer o bem, resistindo à tentação de fazer o mal; ser virtuoso (...) consiste em não se sentir atraído pelo mal.»<sup>68</sup> Mas será possível um humano não sentir atracções por coisas terrenas? No Livro VII, encontramos uma passagem que diz «(...) tanto as pessoas dotadas de continência quanto as moderadas são constituídas de maneira a nada fazerem contrariamente à razão por causa dos prazeres do corpo; (...)»<sup>69</sup> Se é isso que de facto acontece, é porque tais pessoas têm em vista um outro objectivo, que torna inoperantes os desejos do corpo. E esse objectivo só pode estar relacionado com o bem supremo. O prazer bom é aquele que a pessoa escolhe? Entendemos que sim, porque se não fosse bom, a pessoa nunca o escolheria, mas Aristóteles afirma que «(...) mesmo que todos os prazeres sejam bons, o prazer não pode ser um bem supremo» São duas as justificações apresentadas pelo Estagirita: em primeiro lugar que «há prazeres que são realmente desabonadores e merecem censura;» em segundo, «há prazeres nocivos, pois algumas coisas agradáveis fazem mal à saúde» (como por exemplo, o fumar cigarro que faz mal a saúde.) Por outro lado, «o prazer não é uma finalidade em si [mas sim] um processo.»<sup>70</sup> É sempre bom que o homem veja o prazer em toda sua dimensão, de forma que quando pensar praticá-los, poder prever os seus resultados e, conseqüentemente, estar preparado para os assumir. Como tivemos ocasião de ver, nem todos os prazeres são bons, isso impede que o bem supremo seja um prazer? Entendemos que não, porque o bem supremo é sempre um prazer, visto que todos os prazeres que buscamos são por causa dele, logo ele é um prazer. Segundo Aristóteles, a relação de todos os prazeres com o bem supremo tem a ver com « (...) a natureza e [as] disposições das pessoas.»<sup>71</sup> Os prazeres são relativos: variam de pessoas para pessoas, mas essa mudança dá-se também na mesma pessoa, tudo depende das circunstâncias. É por isso que Aristóteles terminou o Livro VII da *Ética a Nicómaco* com a seguinte afirmação: «Não existe coisa

<sup>67</sup> Aristóteles. *Ética a Nicómaco Op. Cit.* III, 1113 a. Pág 56.

<sup>68</sup> Maria José Marques de Figueiredo. *Op. Cit.* Págs. 68 – 182 e 183.

<sup>69</sup> Aristóteles. *Ética a Nicómaco. Op. Cit.* VII - 1152 a. Pág. 144.

<sup>70</sup> Idem. *Op. Cit.* VII - 1152b. Pág. 146.

<sup>71</sup> Ibidem

alguma que seja permanentemente agradável, pois a nossa natureza não é simples, (...) se a natureza fosse simples a mesma acção ser-lhes-ia sempre agradável.»<sup>72</sup>

---

<sup>72</sup> Idem. *Op. Cit.* VII, 1154b. Pág. 151.



### 3.2. AS VÁRIAS VIRTUDES

Aristóteles mencionou muitas virtudes tais como: magnânidade, amabilidade prudência, coragem, amizade, moderação, justiça de entre outros. «Cada uma destas virtudes tem as suas próprias características e levanta os seus próprios problemas e, por outro lado, «[elas] diferem de pessoa para pessoa, uma vez que as pessoas têm tipos de vida diferentes, personalidades de géneros diferentes, e ocupam papéis sócias diferentes (...)»<sup>73</sup> Não pretendemos analisar todas elas em profundidade. No entanto, entendemos que o convívio social é de extrema importância, numa sociedade, por isso vamos dedicar uma parte da nossa reflexão à problemática da verdade que engloba a intratabilidade e falsidade; vamos também analisar a coragem, a justiça, a magnânidade e a amizade. Mas, como as duas últimas virtudes expressam dois dos dons mais preciosos que a vida do espírito traz ao homem, vamos reflectir primeiramente sobre elas.

---

<sup>73</sup> James Rachels, Op. Cit. Pág.259.

### 3.2.1 A MAGNANIMIDADE

A magnanimidade é uma das virtudes que se relaciona com a grandeza e o sentido de honra. Ela é classificada também como «independência do espírito e é tida como uma das primeiras exigências de felicidade, mas também como a última a ser satisfeita.»<sup>74</sup> Para compreendermos essa virtude, precisamos descer aos pormenores. Aristóteles apresentou algumas características de pessoas magnânimas: «Elas são do tipo de pessoas que fazem benefícios, mas constroem em recebê-los (...) [não gostam de pedir, mas estão prontas a dar].» O autor ainda acrescenta que os magnânimos «[ preocupam-se ] menos com a verdade que com a opinião pública (...) [não gostam de validar a si e nem aos outros]» As características físicas dos possuidores desta virtude também foram apontadas pelo Estagirita: «(...) São mais adequadas (...) a uma voz grave, uma dicção cuidada, e um andar lento, pois, um andar precipitado denota pressa e agitação.»<sup>75</sup> Nota-se certo exagero quanto à característica física apresentada por Aristóteles, pois, afinal, quem não tem pressa nesse mundo de pressa? Quem não grita em momento de desespero? E por outro lado, nem sempre o que parece ser é. Por que quer o homem magnânimo dar e não receber? O que lhe inquieta? Pelas acções e pelas palavras exprimimos quem de facto somos, infelizmente o nosso corpo não revela tudo, mas é por meio dele que estabelecemos contacto com os outros, de quem tememos o julgamento e a rejeição. No fundo temos medo do outro, porque duvidamos de nós mesmos, ou então os outros podem não gostar de nós tal como somos, e muitas vezes, para fugir da realidade tentamos esconder-nos. De facto, como disse Aristóteles: «é difícil ser realmente magnânimo, pois a magnanimidade é impossível sem excelência de carácter (...) as pessoas magnânimas são soberbas.»<sup>76</sup> Uma pessoa soberba é incapaz de validar alguém e nem dá oportunidade para o outro a validar, mas o acto de validar é de extrema importância, por isso, segundo Kanitz:

(...) a validação permite que as pessoas sejam aceites pelo que realmente são e não pelo que gostaríamos que fossem (...) Por falta de validação criamos um mundo consumista, onde se valoriza o ter e o não ser (...) criamos um mundo onde todos querem mostrar-se ou dominar os

<sup>74</sup> Cf. René-António Gauthier. *Op. Cit.* Pág 97.

<sup>75</sup> *Idem. Op. Cit.* I, 1123 a ; 1123b ; 1124 a. Págs. 78 a 81.

<sup>76</sup> *Idem Op. Cit.* IV, 1124 a. Págs 79 a 80.

outros em busca de poder. (...) graças a validação,[ as pessoas] começarão a acreditar em si mesmas e crescerão para ser o que [querem].<sup>77</sup>

A riqueza e o poder sempre trás algum conforto ao homem. Por isso «são desejáveis por causa das honrarias.»<sup>78</sup> Nós acreditamos que as honrarias não nos trás felicidade porque as honras deste mundo são passageiras. A felicidade significa estar unido a si mesmo e estar bem consigo próprio e com os outros. Para que isso aconteça, temos que passar por uma reconciliação profunda do nosso corpo com o nosso espírito e de nós com os outros. É nesse sentido que a «(...) psicologia de Aristóteles acabou por fazer do corpo não só instrumento do espírito, que é o homem, mas também uma parte integrante do homem, que sem ele não é homem.»<sup>79</sup> Aristóteles valoriza, deste modo, as duas dimensões do homem, ao contrário de Platão que só vê a dimensão espiritual. Mas a verdade é que ele não se distanciou muito do seu mestre, ao afirmar que: «(...) para o homem a vida conforme ao intelecto é melhor e mais agradável, já que o intelecto, mais que qualquer outra parte do homem, é o homem. Esta vida, portanto, é também a mais feliz (...) a felicidade perfeita é uma actividade contemplativa.»<sup>80</sup>

É nesta óptica que René Gauthier afirma que Aristóteles: « (...) não soube fundar uma verdadeira liberdade, nem afirmar uma ordem de valores independentemente dos valores racionais. Ele só poderia atingir esse nível se descobrisse que o espírito não é apenas razão, mas também, sobretudo, vontade (...)»<sup>81</sup>

A vontade livre é criadora de todas as virtudes e, portanto do bem e do mal. Podemos dizer que a vontade livre não faz outra coisa senão tornar uma acção boa ou má, conhecidas pela razão.

---

<sup>77</sup> www. Kanitz br.

<sup>78</sup> Aristóteles *Ética a Nicómaco*. *Op. Cit.* IV, 1124 a. Pág. 79.

<sup>79</sup> René-Antoine Gauthier *Introdução à Moral de Aristóteles*. Publicações Europa-América. Pág. 106

<sup>80</sup> Aristóteles *Op. Cit.* X, 1178 a; 1178 b. Pág. 203 a 204.

<sup>81</sup> René-António Gauthier *Op. Cit.* Pág. 106.

### 3.2.2. A AMIZADE

A felicidade sem partilha não é felicidade. Aristóteles assegura-nos que: « (...) ninguém deseja viver sem amigos, mesmo dispondo de todos os outros bens (...) »<sup>82</sup> Realmente a amizade é importante nas relações interpessoais, por isso essa virtude deve ser cultivada. Para sabermos se uma amizade entre duas pessoas é verdadeira, devemos questionar para poder tirar ilações certas, assim: a amizade será a utilidade ou os serviços que o outro nos pode prestar? Será o prazer (qualquer que ele seja) que experimentamos quando estamos com o outro, e que nós podemos partilhar em conjunto? Ou será os sentimentos que experimentamos em relação ao outro? Uma relação assim fundada, como facilmente podemos perceber, seria imperfeita; o outro acabaria por ser reduzido a um objecto. Ele seria simplesmente um meio para nós, e com efeito nós estaríamos voltados para nós mesmos. Mas na moral aristotélica, «a amizade humana já não é um trampolim para saltar mais alto, uma simples etapa na subida em direcção ao bem-em-si, um simples meio: ela é em síntese, um fim-em-si.»<sup>83</sup> A verdadeira amizade é amar a outra pessoa por ela mesma. Um amor profundo é, em primeiro lugar, sentir de tal maneira atraído pelo outro desejando a sua felicidade. Não é um amor por causa daquilo que ele nos dá, mas amamo-lo em primeiro lugar por ser ele. Com efeito, numa relação assim concebida, duas pessoas serão susceptíveis de exprimir sentimentos de prazer, ou de se prestarem serviços mutuamente. Mas o fundamento da relação é a própria pessoa, independentemente das suas qualidades e defeitos aparentes.

Amar implica, portanto da nossa parte, uma escolha livre. Não se pode amar verdadeiramente sem uma certa doação da nossa liberdade ao outro. Supõe-se que essa decisão seja recíproca, pois aí está a condição da relação, uma vez que procurar a felicidade do outro, é contribuir para nossa própria felicidade. Por isso, continuamos a insistir que a procura da felicidade deve passar por uma reconciliação profunda do nosso corpo com o nosso espírito e de nós com os outros.

---

<sup>82</sup> Aristóteles. *Ética a Nicómaco. Op. Cit.* VIII, 1155 a Pág. 152.

<sup>83</sup> René, António Gauthier . *Op. Cit.* Pág. 102 .

### 3.2.3. A VIRTUDE E A CONVIVÊNCIA SOCIAL

Ao analisar a convivência entre as pessoas, Aristóteles notou certas características negativas que em nada abona a verdade e a felicidade de todos. Tentou dar uma justificação mas no fundo tudo ficou na subjectividade. De todo modo, o seu contributo no campo da ética serviu e servirá de exemplo para aqueles que querem transpor as virtudes num campo mais universal. Dos vários traços de carácter que ele apontou, vamos analisar apenas duas: «intratabilidade e falsidade.»<sup>84</sup> A primeira diz respeito às pessoas cujo relacionamento com o seu semelhante deixa muito a desejar. A «falsidade é [também] em si ignóbil»<sup>85</sup> Pessoa desse tipo discorda de tudo exteriormente, mas no seu íntimo acontece o contrário. Mesmo que alguém a maltrate. Sente uma revolta interior mas não demonstra. Concorde sempre, é uma falsidade. Porque muitas pessoas agem assim? Falta-lhes a humildade e a sinceridade que são virtudes, pela qual alguém julga a si próprio, com recta razão e vive de acordo com este juízo. A humildade conduz-nos à verdade, mas infelizmente, em nome da humildade, há muita falsidade e muita mentira. O que está na razão desse agir desequilibrado? Deduzimos ser por causa do medo dos poderosos, ou talvez seja uma estratégia para dar um trampolim no sentido de alcançar o que se quer, dado que doutra maneira seria impossível. O juízo que fazemos destes dois tipos de pessoas é muito relativo. Aristóteles confirma dizendo: «Não é fácil determinar com palavras até que ponto é que uma pessoa pode desviar-se antes de tornar-se censurável, pois a decisão depende de factos particulares e o julgamento da percepção de cada um.»<sup>86</sup>

A virtude é um meio para se alcançar a felicidade, mas o homem perante certas situações fica embaraçado, então falseia o que realmente sente para daí tirar dividendo. Por exemplo, uma pessoa que trabalha por conta do outrem, muitas vezes não tem coragem de denunciar certas injustiças praticadas pelo chefe em relação a si próprio ou em relação aos seus colegas porque tem medo de perder o emprego, visto que os poderosos, normalmente, não gostam que alguém deite por terra as suas decisões. O meio-termo definido por Aristóteles para a situação acima exposto é a sinceridade. Mas de que vale a sinceridade, face a uma despedida de trabalho? Se se tratar de um chefe de família, como é que vai sustentar os seus filhos? Como

---

<sup>84</sup> Aristóteles. *Ética Nicómaco*. *Op. Cit.* IV, 1126 b; 1127 a. Págs.84 a 86.

<sup>85</sup> *Idem. Op. Cit.* V, 1126 a . Pág. 86

<sup>86</sup> *Idem. Op.Cit.* IV, 1126 a. Pág. 84.

educá-los? O trabalho é importante na vida das pessoas, faz bem ao corpo e a alma, pois por meio dele o homem pode conseguir condições que lhe proporcionem o seu próprio modo de exprimir valores nobres que o podem conduzir ao bem-estar. Mas com isso, não estamos a incentivar as pessoas a submeterem-se às injustiças, para poderem defender o seu ganha-pão. Ao falar sobre esta questão Aristóteles afirma que: «Cada pessoa, todavia, fala, age e vive de acordo com seu carácter (...)»<sup>87</sup>

Se uma pessoa é portadora de um carácter que favorece a mentira, deve renunciá-la a favor da sinceridade que não é o garante da felicidade, mas é a via que pode conduzir a ela. Temos em Cabo Verde, por exemplo, o caso dos desmandos dos poderosos da empresa de electricidade e água. Não podemos ficar indiferentes face ao problema da luz no nosso país. A sua falta abala profundamente o nosso bem-estar. Mesmo sendo trabalhadores dessa empresa, devemos sentir na obrigação de fazer algo, de modo que as coisas voltem à normalidade

Numa passagem da *Ética Nicómaco*, reparamos que Aristóteles, ao defender o meio-termo, dá, de certa forma, uma força aos indivíduos sinceros para mentirem, mas é uma força um pouco acanhada: «As pessoas sinceras divergirão da verdade, se for o caso, no sentido de atenuá-la, e nunca de exagerá-la, pois tal atitude será mais compatível com a conveniência, já que todo o exagero é desagradável.»<sup>88</sup> Aristóteles ao fazer tal afirmação, pretende clarificar que a verdade por vezes pode contribuir para infelicidade, contudo, isso não significa que a devemos desprezar. A verdade é sempre verdade, seja em que circunstância for, é um valor que deve ser cultivado desde tenra idade. Para nós adultos, que devemos ter uma consciência formada, é mais fácil reconhecer, objectivamente, a fronteira entre a verdade e a mentira, entre o mundo da fantasia e o da realidade. No entanto, temos consciência da dificuldade de sermos fiéis à verdade, apesar de reconhecermos que ela é fundamental para o bom relacionamento entre as pessoas e os povos. Vivemos numa sociedade em que a mentira nos envolve, e muitas vezes camuflada de variadíssimas formas. Teremos nós coragem de reconhecer o valor da verdade? Passamos deste reconhecimento à prática da verdade no dia a dia, no local de trabalho, na família, na relação com outras pessoas? Como dizia S. Paulo: « (...) posta de lado a mentira, cada qual diga a verdade ao seu próximo, pois nós somos membros uns dos outros.»<sup>89</sup> Somos livres, mas destinados a relacionarmo-nos uns com os outros, essa relação é inevitável, por isso, ela deve ser saudável, sem mentiras. Aristóteles tem a consciência de que o homem é um ser livre. Sendo ele um defensor da felicidade como bem supremo, devia

---

<sup>87</sup> Idem. Op. Cit. IV, 1127 b. Pág. 86.

<sup>88</sup> Ibidem.

<sup>89</sup> São Paulo. *Efésios* 4 – 25 Bíblia Sagrada. Op. Cit.

proclamar aos quatro ventos que em nenhuma sociedade devia existir escravos. No entanto, defendeu a escravatura<sup>90</sup> como algo natural. Como pode um escravo ser feliz, se lhe faltar o essencial que é o prazer da liberdade? Aristóteles proclama que a felicidade é algo que todos desejam, mas parece defender a felicidade individual, pois falou muito das circunstâncias. O egocentrismo leva o homem a acreditar que ele é o centro no qual tudo gira. Então, para evitar contrariedades, passa por cima da verdade. É possível sermos felizes omitindo a verdade? A felicidade alcançada deste jeito, é duradoura? O egocentrismo é uma das características do intelecto, se é na tenra idade que ele é manifestado com mais intensidade, na idade adulta também persiste. Levando o homem a cometer atitudes egoístas que tem como principal consequência enganar os outros.

A educação para a verdade exige muita delicadeza, principalmente no mundo das crianças. Elas ainda têm dificuldade em distinguir a verdade da mentira e as mais novas confundem o real com o imaginário. Os educadores não formarão intelectualmente as crianças se não respeitarem as leis da verdade e as leis da natureza. Por isso, «(...) é difícil proporcionar desde a adolescência uma preparação certa para a prática da excelência moral se os jovens não são [educados] sob leis certas (...)»<sup>91</sup> Segundo Aristóteles, educar para excelência moral é difícil, mas não é impossível. (Essa questão vai ser retomada no IV capítulo.) O segredo está no hábito que se deve adquirir desde a infância, praticar acções moralmente boas. Assim, para Aristóteles: «A virtude é de início um esforço, uma fadiga; só pela prática devém um atractivo e um prazer, (...)»<sup>92</sup>

Quem diz sempre a verdade deve merecer confiança e a estima de todos pois, mostra que ama a si e aos outros. Quando se tem a coragem de ser verdadeiro, mesmo que custe, sente-se uma grande paz e alegria. Dizer sempre a verdade é um acto de coragem.

---

<sup>90</sup> Se bem que a explicação que Aristóteles deu sobre a escravatura na *Política*, nada tem a ver com a liberdade no sentido que estamos a referir.

<sup>91</sup> Aristóteles. *Ética Nicómaco. Op. Cit.* X, 1180 a. Pág. 207.

<sup>92</sup> Cf. Felix, Ravaisson. *Op. Cit.* Págs 65 a 66.

### 3.2.4. A CORAGEM

No Livro III da *Ética Nicómaco*, Aristóteles faz referência à coragem, qualificando-a de uma virtude que está entre os dois extremos: a cobardia e a temeridade. São considerados de covardes todos aqueles que, por exemplo, omitem a verdade, mas os que arriscam em demasia são designados de temerários. «Ninguém é corajoso se não for prudente, pois (...) o homem prudente [delibera] em cada situação, sem se preocupar (...) se vai optar por um acto de justiça ou por um acto de piedade (...)»<sup>93</sup> Então está explicado o que é a coragem. Mas Aristóteles afirma ainda que:

(...) a pessoa que enfrenta e teme as coisas certas e por motivos certos, da maneira certa e na ocasião certa, e que é confiante nas condições pertinentes, é realmente corajosa, pois a pessoa corajosa sente e age de acordo com o mérito das circunstâncias e como manda a razão. (...) É por enfrentarem o que é penoso, (...) que as pessoas são chamadas corajosas.<sup>94</sup>

Recuperando o exemplo do homem que trabalha por conta de outrem, ele será corajoso se dizer a verdade ao seu patrão, mesmo sobre a hipótese de perder o emprego.

As pessoas não encaram a coragem da mesma forma. Será corajosa a pessoa que suicida? O Estagirita entende que não, e nós compactuamos com a sua opinião. Vejamos o que ele disse a respeito «(...) é fraqueza fugir do que é aflitivo, e um homem dessa espécie enfrenta a morte não por ser nobilitante, mas para fugir a um mal.»<sup>95</sup> Quando por cobardia, fugimos de algo que consideramos mal, males maiores ainda virão. Se bem, que para a pessoa que referimos, em nada a afecta posteriormente, certamente que essa atitude trará problemas aos seus familiares. Ainda dentro do Livro III, Aristóteles enaltece a coragem do cidadão-soldado, por entender ser esta que é a verdadeira coragem «(...) os cidadãos enfrentam perigos por causa das punições impostas pelas leis, por causa das censuras em que incorreriam se agissem de maneira diferente (...)»<sup>96</sup> A sociedade é gerida por lei, e os cidadãos devem estar informados

---

<sup>93</sup> Maria José Marques de Figueiredo. *Op. Cit.* Pág. 247.

<sup>94</sup> Aristóteles. *Ética a Nicómaco Op. Cit.* III, 1116 a ; 1117 b. Págs. 61e 65.

<sup>95</sup> Idem. *Op. Cit.* III - 1116 a. Pág. 62.

<sup>96</sup> Ibidem



dos seus deveres e dos seus direitos, para que possam agir atendendo as coisas certas e na ocasião certa. Para que isso aconteça, o cidadão deve ser educado de modo que possa exercer a sua cidadania.

O decurso normal da vida do homem na sociedade, dá-nos uma ideia de que a natureza da coragem parece não levantar problema nenhum. Mas, recorrendo a factos passados e presentes, podemos descobrir casos problemáticos. No item que se segue, vamos analisar alguns dos casos que chocaram profundamente a humanidade.

### 3.2.5. A JUSTIÇA

No Livro V da supracitada obra, Aristóteles, falou da justiça como virtude. Teve o cuidado de definir o que é justo e o que é injusto. O primeiro «é aquilo que é conforme a lei», o segundo «é o ilegal e iníquo.»<sup>97</sup> Retomando um pouco o tema da coragem do soldado e relacionando-o com guerras políticas, colocamos a seguinte questão: quantas vezes o político toma decisões injustas que o conduz a acções injustas? Hoje, mais do que nunca, a política é um jogo de interesse, que nem sempre beneficia a felicidade da colectividade. Mas Aristóteles tem um grande apreço para com a justiça política, pois esta ocupa um lugar proeminente por ela ser como o fundamento de toda a ordem social. A justiça consiste na vontade firme e constante de dar a cada um o que lhe é devido. Por ela, se tenta estabelecer uma ordem racional entre os homens, que são dominados pela vontade individual, muitas vezes contraditória com a moral. O homem virtuoso é aquele que, procedendo segundo a lei, adquiriu uma força tal que o leva a cumpri-lo sempre com prazer, ainda mesmo em casos difíceis que exijam sacrifícios. James Rachels, ao analisar a coragem de um soldado nazi afirmou: «A coragem ao serviço de uma causa indigna» (...) «não é uma virtude» (...) prefiro não chamar «coragem» a este enfrentar não virtuoso do perigo.»<sup>98</sup> Vale a pena ser corajoso por uma causa justa, o contrário não faz sentido. Quem não se lembra das inúmeras atrocidades dos soldados hitleriano, no século XX, e a grande destruição das torres gémeas nos E.U.A, ocorrido a cinco anos atrás? O que dizemos da coragem de tantos soldados da actualidade envolvidos em lutas ilegais? Que dizemos também da coragem dos que traficam seres humanos, comercializam drogas ilegais, violam crianças inocentes? Se enumerarmos todos os tipos de falsa coragem, da nossa sociedade e do mundo, obteríamos uma lista infinitamente ampla. Contudo face a esse problema, o que tem feito os responsáveis pela justiça a nível global? Os vários bens hoje existentes nas sociedades são distribuídos de forma injusta, os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres continuam na miséria. Serão os responsáveis pela distribuição desses bens suficientemente virtuosos em seus actos?

---

<sup>97</sup> Idem. *Op. Cit.* V, 1129 a. Pág. 92.

<sup>98</sup> James Rachels. *Op. cit.* Pág. 251.

### 3.2.6. JUSTIÇA E EQUIDADE

Aristóteles falou da justiça e da equidade, enaltecendo esta última quando na *Ética a Nicómaco* afirma:

A justiça e a equidade são portanto a mesma coisa, embora a equidade seja melhor. O que cria problema é o facto de o equitativo ser justo, mas não justo segundo a lei, e sim um correctivo da justiça legal. A razão é que toda lei é de ordem geral, mas não é possível fazer uma afirmação universal que seja correcta em relação a certos casos particulares. (...) De facto, a lei não prevê todas as situações (...) Com efeito, quando uma situação é indefinida a regra também tem de ser indefinida (...) <sup>99</sup>

Deduzimos que a intenção de Aristóteles é chamar a atenção dos magistrados pelos factos novos que vêm surgindo na sociedade. As leis que estão contempladas na constituição, podem estar ultrapassadas, por isso, na grande parte dos casos torna-se necessário um tratamento especial. Citamos como exemplo, o código penal de Cabo Verde, que vem do século XIX e que até pouco tempo estava em vigor. Quantas transformações se deram durante todos esses anos? Quantos indivíduos foram condenados no âmbito desse código já ultrapassado? E quantos perturbaram a sociedade e ficaram impunes? Contudo, o referido código era justo perante a lei. Poderia o país desenvolver-se se tivesse mantido o mesmo código? Se assim fosse, que contributo daria para o bem-estar dos indivíduos numa sociedade em franco progresso? Pelo que acabamos de ver, a justiça em Aristóteles é flexível. Ele foi muito humilde em reconhecer que algo estava faltando na sua teoria moral e teve a coragem de afirmar que: (...) parece que qualquer pessoa pode levar adiante ou completar o que foi inicialmente bem delineado é que o tempo é bom inventor e colaborador em tal tarefa, (...)» <sup>100</sup>

A humildade é uma virtude, que a cada dia que passa, está perdendo o seu valor na nossa sociedade. Encontramos muitas pessoas orgulhosas, afirmando contrariamente a Sócrates, que tudo sabem, e, conseqüentemente, que tanto as suas teorias como as suas praticas são correctas e inalteráveis. De um modo diferente, Aristóteles deixa o caminho aberto para as novas investigações, dado que a justiça deve acompanhar as mudanças operadas numa sociedade.

<sup>99</sup> Aristóteles. *Ética a Nicómaco*. Op. Cit. V, 1137 b. Pág.. 109.

<sup>100</sup> Idem *Op. Cit.* I, 1098 a. Pág. 25.

John Rawls é também um dos defensores da justiça como equidade e, na linha de pensamento do Estagirita, ele afirmou: « (...) a justiça é a primeira virtude das instituições sociais (...) uma teoria deve ser rejeitada ou revista, se não é verdadeira; da mesma forma leis e instituições, por mais eficientes e bem organizados que sejam, devem ser reformadas se são injustas (...)»<sup>101</sup>

Temos a crença de que a sociedade seria mais harmoniosa e a felicidade reinaria no seio dos homens, caso a justiça fosse perfeitamente justa e adequada ao contexto que actualmente vivemos. Nunca é demais dizer que uma boa educação dos homens, é uma das vias para o alcance da tal almejada sociedade.

---

<sup>101</sup> John Rawls. *Uma Teoria de Justiça* Tradução de Martins Fontes. São Paulo. 2001. Págs. 3 - 4.

## CAPÍTULO IV

### 4. A FAMÍLIA, A EDUCAÇÃO E O ESTADO

A família e a educação são dois conceitos, duas realidades profundamente relacionadas entre si. A educação só será eficaz se tiver apoio da família, pois ela é a primeira responsável. O direito lhe é dado pela natureza, mas ela precisa de recorrer à ajuda do Estado. A educação para os valores é a base da tarefa tanto da família como do Estado.

Aristóteles, sempre atento á problemática educacional e a outros factores que contribuem para a felicidade humana na sociedade, investiu uma boa parte da sua vida a fazer levantamento de tudo aquilo que poderá pôr em causa o bem-estar humano, apresentando várias propostas de solução. As obras *Ética a Nicómaco* e *Política*, são provas do grande esforço do moralista clássico que, apesar de já se ter passado mais de dois mil anos, os seus ditos continuam a ter eco na nossa sociedade. Se na primeira obra ele dispensa cuidados com a sociedade em matéria da educação e da felicidade, é na segunda que ele vai aprofundar o tema. Nela, o filósofo entrou no domínio da política para explicar mais detalhadamente que a sociedade está organizada como se fosse um organismo vivo. Indica a família como célula dessa sociedade e mostra a sua relação com os interesses do Estado.

## 4.1. A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO

Hoje fala-se muito em cidadania, de direito á participação de responsabilidade. Ora toda a cidadania exige um enquadramento de dimensão social, uma relação qualificada com os outros. A primeira instituição onde se exerce a cidadania, como referimos no Capítulo I, é a família, é aí que o ser humano nasce, cresce e se desenvolve. Todas as suas necessidades: física, intelectual e moral não podem ser satisfeitas senão na sociedade e por meio dela. Pensamos que os objectivos de qualquer família são, por certo, a comunhão da vida em normais relações de amor, e de compreensão, de modo que a realização pessoal e de grupo seja uma realidade. Daí a necessidade dos seus membros terem à disposição, recursos indispensáveis a uma vida com dignidade, onde a paz, a justiça e a segurança sejam uma constante, e a felicidade uma realidade. Assim, no Livro VII da Política, Aristóteles apresentou «a regulamentação das uniões [e] cuidados com a infância.» Ventilou a questão da «procriação» indicando a idade ideal para o início da actividade sexual, ele previa o sofrimento das parturientes de tenra idade e temia que filhos de pais extremamente novos ou extremamente velhos pudessem nascer com deficiências físicas e mentais e viessem a ser um fardo para a sociedade. Queria uma família saudável e perfeita para que a sociedade também o fosse. Regulamentou também que as crianças com deficiências devem morrer; legitimando, deste modo, a lei do aborto. Ora, para quem passou tanto tempo a analisar a natureza humana e tinha como máxima «a natureza nada faz em vão,» lamentamos profundamente a sua postura de crueldade em relação aos recém-nascidos com deficiência. Em muitos casos a teoria aristotélica é demasiadamente rígida. Nós somos contra o aborto, pois, se não defendemos a vida, não defendemos a família. É de realçar que actualmente, muitos se alinham na teoria aristotélica, por considerarem ser infelicidade viver uma vida com o sofrimento devido a uma deficiência de nascença. Mas atendendo a que hoje os homens dispõem duma tecnologia científica avançada, podem perfeitamente corrigir certos defeitos e deixar os tais indivíduos viver. Encontramos em algumas sociedades indivíduos deficientes de nascença que tiveram a sorte de ter uma família que soube lidar com as suas deficiências, e por isso, receberam uma educação que lhes permite ter uma vida tranquila. Achamos imoral matar alguém pelo facto dele ser cego, mudo ou aleijado. A limitação de número de filhos tornou moda, e hoje, em muitos países, temos sociedades só de idosos (a natureza cedo ou tarde responde à altura dos nossos desmandos. Esses países estão tal e qual um jardim sem flores). A prática de aborto já

ceifou a vida de muitas mães, deixando muitos filhos desamparados. Que dizer de tudo isso? Felicidade roubada a um inocente, nos momentos da vida que mais precisa da ternura da mãe! Se Aristóteles hoje estivesse vivo, que diria ele? E nós, o que dizemos? É assim, qualquer teoria tem vantagens e desvantagens. O que é contra ética deve ser eliminado, mas a parte positiva deve ser aproveitada.

A infidelidade dos casais é uma das fendas que abala a base familiar. A falta dos casais, nesse sentido, foi condenada desde a antiguidade, numa passagem da *Política*, Aristóteles afirma: «Quanto ao marido e mulher surpreendidos em adultério, devem ser absolutamente condenados (...)»<sup>102</sup> Mesmo com o castigo, a infidelidade não foi eliminada da sociedade, encontramos casais em conflitos constantes. Que exemplo dão aos seus filhos? Hoje a maternidade e paternidade irresponsável dos jovens é, em parte, fruto da infidelidade vivenciada na família, não sabendo o que é um lar verdadeiro, sentem-se incapazes de formar bem o deles. É por isso que temos muitas crianças abandonadas, vagueando nas ruas sem rumo e sem direcção. A delinquência de toda a ordem está assolando a sociedade e Cabo Verde não foge à regra. Já não há mais segurança, mesmo quando estamos dentro das nossas casas, estas, por vezes assemelham-se a prisões, por causa dos gradeamentos colocados nas portas e nas janelas. Se a sociedade continuar nesse ritmo, onde iremos parar?

Aristóteles mostrou preocupação para com a família, uma vez que é a partir dela que começa a educação, os primeiros educadores têm de ter uma personalidade madura e equilibrada para poderem desenvolver, ao máximo, energias ou qualidades aos seus filhos de modo que na radiosa expansão da sua personalidade, possam na idade adulta, viver a sua vida em plenitude e perfeição para a felicidade própria e dos outros. Entendemos que a melhor maneira de educar os filhos é educar os pais. Pois, ninguém é capaz de educar se não está educado. Os pais não devem esquecer que as crianças têm tendência inata para imitar. No nosso quotidiano notamos que elas são mais impressionadas pelo que vêem do que pelo o que ouvem. É este também o pensamento de Aristóteles: «De todos os animais, o mais imitador é o homem. Não há virtude completa sem a escolha de um ideal vivo e personificado.» Igualmente Fénelon alinha no mesmo sentido: «Em todas as idades, o exemplo tem um poder admirável sobre nós; mas, na infância, ele tudo pode.»<sup>103</sup> A família deve ser o exemplo vive de todas as virtudes, mas infelizmente, não é isso que acontece. Aristóteles, há muitos séculos, achou que se deve banir do seio familiar «uso de linguagem ordinária e a exibição de quadros (...)

---

<sup>102</sup> Aristóteles. *Política* Op. Cit. VII, 1336 a. Pág. 551.

<sup>103</sup> Henri Pradel. *A Educação pelo Exemplo*. Edições Paulinas. S. Paulo. 1963. Págs 21, 23.

indecentes.»<sup>104</sup> Hoje a televisão invade as nossas casas vinte e quatro horas por dia com toda espécie de imagens contaminantes. Nos programas emitidos abundam os factos negativos: tráfico de drogas, adultério, roubo, alcoolismo, rapto, espionagem, enfim são tantas as negatividades que causam estragos à família que os *medias* emitem! Variar os programas com cenas positivas seria bom. No dia-a-dia, encontramos pais honrados que passam penúrias e dificuldades, filhos que se esforçam, juntamente com os pais, por uma vida confortável e feliz, essas são cenas que merecem ser emitidas frequentemente, para poder cultivar, na consciência dos indivíduos, aquilo que de facto contribuirá para sua formação integral como cidadão do bem.

A educação é uma arte mais sublime e necessária, porque decide geralmente não só o valor da vida e o sentido da existência mas também o destino e o mérito da felicidade. É de realçar que ela é um campo cheio de falhas onde encontramos famílias que não educam os filhos por diversas razões: uns porque não podem; outros porque não querem; e outros ainda porque não sabem. O primeiro caso pode estar relacionado com o alcoolismo ou uso de outras drogas ilícitas; caso de pobreza extrema; pais ausentes durante o dia ou meses (por motivos de trabalhos), enfim, são tantas as falhas sociais que roubam um dos direitos inalienáveis da família que é a educação. A educação torna-se muito mais grave quando os pais podem fazê-la e, no entanto não a fazem, porque estão mais preocupados em correr atrás da fama, de mais dinheiro, estão sempre irritados, descontentes com os filhos. Esses falsos educadores sem terem a consciência do mau desempenho, oferecem aos filhos a maior das pobreza. Quanto à terceira razão, não são poucos os pais que fazem parte da lista, isto porque encontramos pais com idade compreendidos entre treze a dezasseis anos, sem nenhuma formação para ser educador. Se os mais experimentados na matéria sentem dificuldades devido à complexidade da educação, a situação piora quando falamos de adolescente que ainda dependem de seus próprios pais, não têm emprego, não tem lar, não podem sequer alimentar, convenientemente os filhos. A má formação dos pais é o reflexo da família frágil da nossa sociedade. Nesse aspecto, os pais ou candidatos a pais não dão devida atenção às boas orientações deixadas por Aristóteles, no entanto, pela negativa tanto já fizeram até que estão agora a colher o amargo fruto. Se queremos uma sociedade feliz, temos de inverter a situação. Os pais devem começar a educar com prudência, tendo em vista o fim a alcançar que é o verdadeiro bem, e a escolha dos meios adequados para o atingir é um dos critérios indispensável.

---

<sup>104</sup> Aristóteles. *Política Op Cit.* VII, 1336 b. Pág. 555.



De tudo o que acabamos de expor, concluímos que a problemática da felicidade, começa já na família. Para Aristóteles, a tábua da salvação desse problema está na educação. De facto, se a família não for educada para a cidadania, não poderemos, de maneira nenhuma, ter uma sociedade justa e feliz. É nela que tudo começa, a nossa existência é a prova disso. Antes de sermos cidadãos existimos, e a nossa existência recebemos dos nossos pais. O poder educativo dos nossos progenitores está aliado à lei natural, ela é tão forte que não devia ser suprimida nem substituída por nenhuma instituição. Pois, ainda não existiam outras instituições e já a família desempenhava o seu papel de educador, ensinando os filhos o que é bom para ser praticado e o que é mau para ser evitado. No entanto, temos consciência da existência de, fenómenos na sua estrutura, que dificultam a realização do seu desejo mais nobre que é a felicidade. Por isso, Aristóteles no final do Livro VII, afirmou o seguinte: «É preciso considerar se deveria haver código de regulamento para a educação das crianças; depois, se a educação deve estar a cargo da cidade ou de indivíduos particulares (como sucede actualmente na maioria das cidades); em terceiro lugar, que educação optar.»<sup>105</sup> Após uma breve referência as duas primeiras considerações, pretendemos, de seguida, aprofundá-las, analisando a sociedade humana representada pela cidade-estado; saber qual é o papel do Estado, na formação do indivíduo, entender até que ponto ela é anterior à família e qual o seu interesse na manutenção dos regimes.

---

<sup>105</sup> Aristóteles. *Política. Op. Cit.* VII, 1337 a. Pág.557.

## 4.2 A EDUCAÇÃO E AS LEIS DO ESTADO

Atendendo a posição natural da família e o papel que sempre desempenhou, sentimos a tentação de até certo ponto, estranhar a posição de Aristóteles ao afirmar que «(...) a cidade é por natureza anterior a família e a cada um de nós, individualmente considerado(...)»<sup>106</sup> Contudo, talvez mudemos de opinião se tivermos em conta a sua afirmação no início do Livro I, quando sugere que, para « obtermos a melhor apreciação (...) [da origem da cidade: casal, família ,aldeia, tínhamos que ] olhar para seu processo natural desde o princípio (...) aqueles que não podem existir sem o outro devem formar um par.»<sup>107</sup> É assim que, na comunidade política, Aristóteles leva em consideração, primeiro, a ideia do todo e depois a ideia das partes que compõe esse todo. A cidade é o todo e a família é a parte. A primeira possui todos os requisitos próprios para o bem comum. A segunda, apesar do seu abnegado valor, ela é uma sociedade imperfeita, porque não reúne em si todos os meios para o seu próprio aperfeiçoamento. Então, a família e o Estado formam um par. Por isso, Aristóteles entende que a tarefa de educar não deve ser tarefa exclusiva da família e apresenta os motivos:

(...) o indivíduo não se basta a si próprio: não só no sentido de que não pode por si só prover às suas necessidades, mas também no de que não pode por si, isto é, fora da disciplina imposta pelas leis e pela educação, alcançarem a virtude. Por consequência o Estado é uma comunidade política que não tem em vista apenas a existência humana, mas a existência materialmente e espiritualmente feliz.<sup>108</sup>

Com isso fica confirmado que o Estado deve estender a mão à família. Esta, através das palavras, ensina aos jovens o que é bom para ser praticado e o que é mau para ser evitado, mas «(...) as palavras [não bastam] para tornar-nos bons, (...) elas são impotentes para incitar a prática da excelência moral. Por outro lado, nota-se que (...) as pessoas em sua maioria (...) não se absterem da prática de más ações por causa da baixaza destas, mas por temer a punição.»<sup>109</sup> Praticar a excelência moral por medo dos pais não é a solução viável, para uma

---

<sup>106</sup> Aristóteles. Política. I, 1253 a. Pág. 55.

<sup>107</sup> Idem. *Op. Cit.* I, 1252 a Pág. 51.

<sup>108</sup> Cf. Nicola Abbagnano *Op. Cit.* Pág. 238.

<sup>109</sup> Cf. Aristóteles. Ética a Nicómaco. X, 1179 b. Pág. 206.

boa educação, neste caso, encontrando-se longe da presença dos pais o indivíduo facilmente poderá desviar-se da moral e dos bons costumes. Também, pela experiência sabemos que os pais, muitas vezes, misturam o afecto com a autoridade. É nessa óptica que «a autoridade paterna não tem a força necessária nem o poder de compulsão (...) mas a lei tem esse poder.»<sup>110</sup> É através dela que os governantes, vão proteger o direito anterior e principal da família. Todos os apreciadores do alto valor da educação, entendem que «ela é a chave que abre todas as portas.» É por meio dela que o Estado poderá satisfazer as mais diversas funções sociais, exigidas pelo desenvolvimento e integração da natureza humana, pois, todos os aspectos da vida pública e do bem comum estão relacionados com a educação. Apesar do poder coercivo das leis, o nosso moralista afirma que a «educação e [as] ocupações [dos jovens] devem ser regulamentadas por leis, pois elas não serão penosas se se tiverem tornado habituais.»<sup>111</sup> Os hábitos são as condições de toda a educação física, intelectual e moral, porque educar é adquirir bons hábitos, através deles passamos as nossas actividades do consciente para o subconsciente, podemos dizer também que elas são como que uma reserva de que se pode dispor a todo o momento, dispensando o recurso à vontade em certas actividades.

No capítulo III da *Política*, vimos que Aristóteles, atribuiu um valor extraordinário à política, ele fez um paralelo entre as leis do Estado e a educação moral dos homens. No capítulo I deste trabalho, vimos que a sua preocupação fundamental foi a de conhecer bem a natureza humana. No seu entender, os governantes, ao adquirirem esse conhecimento estariam mais capacitados para cumprir a sua missão de orientar o homem para o caminho da felicidade por meio da educação. Atribuiu ao Estado o estatuto de pai que educa através da lei. O problema que se coloca é o seguinte: Será que o Estado é um bom pai? Tem vindo a cumprir bem a sua missão? O nosso moralista ficou decepcionado, porque notou que a maioria das cidades não davam o mínimo de atenção às questões da educação, daí a sua afirmação: «cada pessoa [deve viver] como lhe apraz.»<sup>112</sup> Dessa afirmação, a ilação que tiramos é que ele incumbe aos pais, a tomarem rédea da educação daqueles que se encontram sobre a sua jurisdição, cuja felicidade lhe diz respeito. Apresentou motivos bem fortes que justificam a sua nova atitude:

(...) da mesma forma que nas cidades as leis e os costumes predominantes têm força, nos lares a autoridade e os hábitos dos pais também têm, e a força destes é ainda maior por causa dos laços de sangue e dos

<sup>110</sup> Idem. *Op. Cit.* X, 1180 a. Pág 208.

<sup>111</sup> Idem. *Op. Cit.* X, 1180 a. Pág. 207.

<sup>112</sup> Ibidem.

benefícios devidos ao pai, pois os filhos demonstram inicialmente uma afeição natural em relação a ele e a disposição de obedecer-lhe.<sup>113</sup>

Nós, enquanto profissionais do sector educativo, julgamos pertinente a apresentação do seguinte exemplo: quando um mestre trabalha com um número reduzido de alunos, com esforço consegue atender às diferenças individuais, levando a todos a ter o resultado satisfatório. Mas, sendo a turma superlotada torna-se tudo mais difícil. Atendendo ao exemplo apresentado, podemos dizer também que o Estado tem filhos demais a seu cuidado o que afecta a sua governação educativa. Mas o Estado tem a sua arma que é a lei que deve servir-se na prática, embora pode ser usado para fins contrários. Em muitos casos o Estado viola a ordem natural, sempre que pretende impor as suas ideologias. Sentindo-se no direito de contribuir para a educação do indivíduo, entrega-o a um mestre que os pais não conhecem e nem aceitam. Sem querer prejudicar a classe na qual pertencemos, a realidade é que há educadores, cujo comportamento deixa muito a desejar. Quantas crianças e adolescentes, levados pelo mau exemplo do seu educador enveredaram pelo caminho do mal? Acreditamos que a educação, em certa medida, deve ser feita mais com a acção do que com palavras. Como anteriormente vimos, para Aristóteles a imitação tem um poder grande, principalmente sobre as crianças, e estas lidam muito bem com a sua utilização. Por isso, o bom exemplo é o primeiro e o mais poderoso mestre da educação. Há muitos educadores com formação, no entanto, não são felizes e nem contribuem para a felicidade dos outros. Não exercem a profissão com total dedicação, exercem-na com o fim de ganhar o sustento, não se importando com a formação integral do educando. Precisamos de homens educados com conhecimentos científicos, culturais, sobretudo no que diz respeito à moral. Pois, de que vale o homem ter os dois primeiros níveis de educação se, moralmente, não souber conviver em sociedade? Mas como relacionar o Estado com a situação que acabamos de mencionar? Tem o Estado grande responsabilidade para com o seu povo, devemos confiar Nele? Como confiar num Estado cujos governantes, cuidam somente dos seus interesses e dos interesses dos seus amigos e familiares, deixando a colectividade à deriva? A verdade é que querendo um governante proteger alguém da sua amizade ou da sua cor política, mesmo sabendo dos seus defeituosos comportamentos, que pode perigar a felicidade dos outros, não fazem o bom uso da lei para reverter a situação. Deixam as coisas correr. Quando pressionados pela sociedade, tardiamente tomam medidas correctas, e o estrago feito talvez já não tenha mais conserto. Quem sofre a consequência dos

---

<sup>113</sup> Idem. *Aristóteles. Ética Nicómaco*. X, 1180 b. Pág. 208.

desmandos dos governantes é a família e a sociedade. Por estes motivos a família tem que estar atenta para fazer valer o seu direito.

Se o Estado tem a tarefa de ajudar os chefes de família na educação dos seus filhos, essa missão não lhe dá o direito de substituí-los. Aristóteles não fez como Platão que decidiu que a educação era obrigação exclusiva do Estado. Ela deve ser iniciada na família, mas atendendo às suas carências, o Estado tem que lhe estender a mão. Sentindo-se no direito de contribuir para a educação do indivíduo, entrega-o a um mestre que os pais não conhecem e nem aceitam. Mas, para o seu auge, tem de que haver envolvimento de todos. É neste sentido que Edgar Morin deixa, com a seguinte afirmação, o seu contributo: «(...) [a educação ] deve levar uma «antropo-ética» pela consideração do carácter ternário da condição humana, que é ser em simultâneo, indivíduo - sociedade - espécie.»<sup>114</sup> Face a isso o objectivo de Aristóteles, em insistir na educação humana, é querer no fundo o bem supremo que só moralmente se pode obter.

De todas as actividades, a de educar pessoas parece ser a mais difícil. Um bom educador é aquele que atende às diferenças individuais dos seus educandos, pois cada indivíduo tem as suas particularidades que lhe são próprias. Mas, por mais metódico que seja um educador, nunca conseguirá penetrar totalmente no campo desconhecido do outro, até porque o próprio indivíduo desconhece-se a si próprio. É essa a razão que levou Aristóteles a afirmar que: «(...) moldar adequadamente o carácter de alguém – seja quem for que se nos apresenta, não é tarefa para qualquer pessoa ao acaso»<sup>115</sup> Ser educador exige uma boa preparação.

Na filosofia prática, temos que comparar para depois tirar conclusões. Já vimos a insuficiência da educação familiar e a falta de cuidado por parte do estado em matéria da educação colectiva. A questão que se coloca é, qual é prioridade: atender as particularidades individuais do carácter ou investir na sua universalização? Parece ser a segunda a prevalecer porque segundo Aristóteles, «educar (...) consiste em criar uma disposição geral do carácter para a percepção do que é o fim do homem, (...) [a sua] realização, (...) nunca pode estar ausente do espírito do legislador, seja ele particular ou público.»<sup>116</sup> Entende-se que essa atitude vai facilitar o aparecimento de comunidades no cultivo das virtudes, porque segundo Aristóteles, «(...) os que se interessam pela legislação indagam acerca das virtudes e dos vícios (...)»<sup>117</sup> por outro lado disse que «tanto as crianças como as mulheres devem ser educadas de

---

<sup>114</sup> Edgar Morin, *Os Sete Saberes para a Educação do Futuro*. Instituto Piaget. 1999. Pág.. 20.

<sup>115</sup> Aristóteles. *Ética Nicómaco* X, 1180 b. Pág. 209.

<sup>116</sup> Maria José Marque de Figueiredo. *Op. Cit.* Pág. 276.

<sup>117</sup> Aristóteles. *Política*. III, 1280 a. Pág. 219.

acordo com o regime estabelecido.»<sup>118</sup> É habitual Aristóteles afirmar que «a natureza nada faz em vão», também na política tudo o que se faz tem em vista o interesse, mas esse interesse «não [deve ser] de foro privado, como se tornou prática.»<sup>119</sup> Mas, mesmo com a lei, a tarefa dos educadores não está facilitada porque eles têm que saber gerir os dois grandes valores do homem: «a liberdade pessoal e a realização individual. Dois direitos, ambos de carácter individual, que se opõem.» Acrescenta a autora que, ao contrário do que acontece ao primeiro, não atender o segundo, tenderá a criar situações desviantes (...)»<sup>120</sup> Na verdade, nem sempre as aspirações do indivíduo vão ao encontro das exigências da lei, mas a lei foi feita para o bem do homem e da sociedade, em geral, por isso, deve ser cumprida, «mesmo que para isso [os educadores tenham que] utilizar medidas coercivas.»<sup>121</sup>

Aristóteles, à luz do último fim do homem, prevê, quanto possível, os próximos fins, daí o facto dele ter afirmado que: «não basta receber uma educação e cuidados adequados quando se é jovem, mas também precisamos de leis para a idade adulta, e, de uma maneira geral, para toda a vida.»<sup>122</sup> A boa educação recebida na juventude deve ter repercussão na idade adulta. Se isso não acontecer, é porque a lei imposta falhou. Como sabemos, o homem é um ser ambicioso, e ao procurar honras, riquezas e prazeres, compete necessariamente com os outros; mas, muitas vezes, no lugar de fazer uma competição saudável, isto é, de acordo com a lei, envereda-se pela lei da “selva”. Os homens educados na lei, não deviam seguir essa prática, mas, por vezes fogem das normas. A competição tem também o seu lado positivo, é por isso que Michael Novak afirma: «Na educação, como em outros campos de acção, a competição é o melhor correctivo ético contra o relaxamento, a incompetência e a tirania. Dá-se (...) o mesmo com as medidas de bem-estar para os demasiadamente jovens e para os demasiadamente velhos, (...)» Acrescenta ainda que «uma boa sociedade é assim julgada pelo bem com que cuida daqueles que não podem cuidar de si mesmos.»<sup>123</sup> Encontramos nessa afirmação um apelo ao Estado para desempenhar correctamente a política da educação, sem o qual jamais poderá existir uma sociedade virtuosa.

---

<sup>118</sup> Idem *Op. Cit.* I, 1260b. Pág. 99.

<sup>119</sup> Idem. *Op. Cit.* VIII, 1337 a. Pág. 561.

<sup>120</sup> Cf. Maria José de Figueiredo *Op. Cit.* Pág. 278.

<sup>121</sup> Idem, *Op. Cit.* Pág. 282.

<sup>122</sup> Cf. Aristóteles. *Ética a Nicómaco*. X, 1180 a. Pág. 207.

<sup>123</sup> Michael Novak. *Será a Liberdade?* Rio de Janeiro, Edição Nórdica. 1988. Pág. 301.

### 4.3 A COMUNIDADE E A POLIS

Na temática sobre a Polis, Aristóteles, nos Livros I e II, mostra que a cidade é uma comunidade política cujo objectivo primordial é o bem comum. Ela engloba as outras comunidades mais pequenas que também têm como fim satisfazer as suas necessidades. A comunidade familiar é uma das primeiras que o Estagirita ventilou. Referiu-se às relações entre os membros que o compõe: marido, esposa, pais e filhos, senhores e escravos. Depois falou da aldeia que é a reunião das famílias ou casas, cujas necessidades são mais amplas do que de uma família. Esta é administrada por anciões com experiência paterna exemplar. Deste modo, a cidade é a associação de várias aldeias, a sua finalidade é a mesma que as outras comunidades procuram obter – o bem-comum. O que a caracteriza, são: a sua auto-suficiência e promoção de uma vida boa e o poder político. Este é diferente do poder patriarcal, visto possuir todos os requisitos que podem facilitar a vida boa aos cidadãos, daí a famosa tese «o homem é, por natureza um ser vivo político.»<sup>124</sup> Para explicar esta tese, Aristóteles fundamentou-se na razão, mas a sua perspectiva global é a natureza do homem que só é realizável através da comunidade social e política. É nessa linha que Aristóteles afirmou: «Aquele que, por natureza e não por acaso, não tiver cidade, será um ser decaído ou sobre humano (...)»<sup>125</sup> A nosso ver o fundamento do Estagirita é credível, porque até Cristo com o seu poder divino para realizar plenamente os seus desígnios, exprimiu-os por meio da família e da cultura do povo da sua cidade.

Segundo Aristóteles, a polis é em parte um processo biológico, que foi desenvolvido no primeiro Capítulo deste trabalho, – é também um processo de liberdade porque a comunidade assenta no discernimento do «bem e do mal, do justo e do injusto»<sup>126</sup> Portanto a forma como se processa a função do legislador político é tão indispensável como o processo orgânico do crescimento da cidade. O nosso Estagirita, ao analisar «a relação entre marido, esposa, pais e filhos, bem como senhores e servos»,<sup>127</sup> acentuou mais nestes últimos. Aceita a escravatura como algo natural, porque uns nascem para obedecer e outros para governar. Nós temos consciência de que os talentos humanos são diversificados e diferenciados. Mas é notório que, na sociedade, os mais talentosos e astuciosos tenham tendência para escravizar os menos

<sup>124</sup> Aristóteles. *Política. Op. Cit.* I, 1253 a. Pág. 53.

<sup>125</sup> Ibidem.

<sup>126</sup> Idem. *Op. Cit.* I, 1253 a. Pág. 55.

<sup>127</sup> Idem. *Op. Cit.* I, 1252a Pág. 57.

dotados, daí surgem conflitos, porque aqueles que estão sendo escravizados procuram libertar-se enquanto os outros não dão oportunidade para que tal aconteça. Não há uma unidade. Mas Aristóteles insiste na união dos habitantes de uma cidade, o problema que se põe é saber o que devem ter em comum. O Estagirita estabeleceu o território como mínimo comum aceitável e o máximo comum é a propriedade dos bens, mas este último, ele rejeitou categoricamente. Esses critérios estão explicitados na *Política* nos capítulos 4 e 5 do Livro II. Quanto a propriedade comum dos bens, o legislador tem por obrigação permitir que cada um disponha de um campo de actuação que seja da iniciativa individual, mas isso sempre tem desembocado em conflitos, a respeito Aristóteles afirma: «Seja como for, a igualdade entre os cidadãos é conveniente para que não lutem entre si (...) as classes superiores ficariam ofendidas ao pensar que a igualdade não era justa, razão pela qual se envolvem frequentemente em ataques e rebeliões.»<sup>128</sup>

No livro III, Aristóteles introduz a cidade como um composto, em que cada cidadão é uma parte. No que se refere ao legislador, este deve conhecer a natureza da cidade e ter conhecimento do seu regime. Define as funções do cidadão e da cidade. O primeiro é «aquele que tem o direito de participar nos cargos deliberativos e judiciais da cidade, esta é o conjunto de cidadãos suficiente para viver em autarquia».<sup>129</sup> Mas o nosso moralista apresentou uma listagem grande onde exclui alguns indivíduos da actividade de cidadania, isto comprova que o seu critério da cidadania é problemática, uma vez que contradiz a almejada igualdade para todos. Acreditamos que os dementes não têm capacidade de decisão, todas as mulheres da cidade não são dementes, porquê retirá-los esse direito? Os regimes não podem ser perfeitos, porque nem todos os cidadãos têm vez e voz e, por outro lado os diversos homens buscam a felicidade de modo diferente, disto só pode resultar formas do governo diferente. Mas, Aristóteles, tinha afirmado que «(...) as pessoas mais capazes de exercerem a actividade contemplativa fruem mais intensamente a felicidade.»<sup>130</sup> A proposta é que sejam esses homens a governar a cidade. Mais uma vez, a contribuição dos outros é dispensado, nós acreditamos que a felicidade da cidade será alcançada quando todos os extractos da sociedade estiverem envolvidos.

Quando falamos da educação, vimos quão importante ela é. Por isso, para a manutenção dos regimes, Aristóteles deixa um conselho aos governantes: «(...) de nada aproveitará uma legislação, por muito útil que seja e aprovada unanimemente por todos os cidadãos, se estes

---

<sup>128</sup> Idem *Op. Cit II*, 1267b. Pág. 139.

<sup>129</sup> Idem. *Op. Cit. III*, 1275b. Pág. 189.

<sup>130</sup> Aristóteles. *Ética Nicómaco*. X, 1179b. Pág. 205.



não adquirirem os hábitos nem forem educados segundo o espírito do regime.»<sup>131</sup> A nosso ver nenhum regime é estável, como não é estável o comportamento do homem que muda conforme o interesse e aqueles que conseguem atingir o poder não escapam à regra, por mais virtuosos que parecem ser, é tudo uma quimera. Aquele que por acaso, na política optar pela ética, muito cedo desistirá, se não for antes eliminado. Os regimes devem funcionar de acordo com o bem da comunidade e não conforme os caprichos dos governantes. Se pensarmos no caso de Cabo Verde, verificamos estar ainda bem distante da concretização de tal facto.

Aristóteles, ao tratar da política, não se interessou por idealizar uma sociedade justa como fez Platão. Teve o cuidado de classificar as formas do governo existentes na sociedade: monarquia, aristocracia e politeia, mas não apontou a forma de governo da sua preferência. No entanto «valoriza positivamente a persistência do regime em detrimento da sua qualidade: é melhor fazer durar uma oligarquia, ou uma democracia, do que transformar uma ou outra, (...)»<sup>132</sup> Por que razão Aristóteles não defende a constante mudança do regime? Sabemos que a mudança é o motor de desenvolvimento, mas esse desenvolvimento tanto pode ser pela positiva ou pela negativa. O nosso moralista temia que esse progresso fosse pela negativa. Temos o exemplo da Guiné-Bissau que, nos últimos anos, sofreu mudanças sucessivas dos governantes, resultado: na comunidade reina a desordem, a fome, a miséria de entre outros males sociais. Contudo, isso não implica que nos governos estáveis não existam problemas sérios que poderiam ser evitadas pelos responsáveis políticos. Nós temos consciência das dificuldades inerentes ao cargo dum governante: a capacidade de ouvir com paciência os problemas dos súbditos, o sentido de justiça social, são virtudes que o bom governante deve cultivar em alto grau. Apelamos aos governantes, que seguissem o exemplo do jovem rei Salomão, que «não pediu riquezas e glórias à Deus, pediu sim um coração sábio capaz de julgar o povo que lhe foi confiado, foi assim que ele tornou o rei mais sábio de todos os tempos.»<sup>133</sup>

---

<sup>131</sup> Aristóteles. *Política*. V, 1310 a. Pág. 401.

<sup>132</sup> Maria José Marque de Figueiredo *Op. Cit.* Pág. 315.

<sup>133</sup> Cf. I Reis 3-9: 4-31. Bíblia Sagrada. *Op. Cit.*

#### 4.4. A CARACTERIZAÇÃO DOS REGIMES

No ponto 4.3. vimos as várias formas de governo classificadas por Aristóteles, ele não tendo dito qual deles é o melhor; no entanto, afirmou: «os regimes que se propõem atingir o interesse comum, são rectos, na perspectiva da justiça absoluta; os que apenas atendem aos interesses dos governantes são defeituosos e todos eles desviados dos regimes rectos.» O autor também abordou o número de participantes no governo da cidade, «o único, ou os poucos, ou os muitos, (...)»<sup>134</sup> Para o Estagirita governar bem, é uma norma que não deve ser violada, porque a felicidade dos indivíduos depende, em parte, da boa actuação dos governantes. Mas como o governo é formado por seres imperfeitos, sempre haverá desvios. É nessa linha que Maria José Figueiredo esboçou um quadro onde estabelece «a relação entre uma constituição incorrecta e o desvio relativamente a uma determinada constituição correcta [e o número de governantes de cada regime]»<sup>135</sup> que passamos a transcrever:

	Em função do bem comum.	Em função do bem dos governantes.
Por um	Monarquia	Tiranía
Por alguns	Aristocracia	Oligarquia
Por muitos	Politeia	Democracia

Quadro1

A Monarquia, a Aristocracia e a Politeia, são regimes, visam o bem comum, a distinção entre eles é a nível do número dos governantes. Mas segundo Aristóteles, o «número é um atributo accidental.»<sup>136</sup> No regime monárquico, todo o poder está centrado numa só pessoa, como dizia Rousseau «a vontade do soberano é o próprio soberano»<sup>137</sup> Aristocracia é o governo de alguns que Aristóteles designa de «os melhores»<sup>138</sup> Quer dizer que esses governantes, embora poucos, têm capacidade para governar correctamente a cidade, principalmente, por possuírem uma economia estável, então a única preocupação deles é zelar

<sup>134</sup> Aristóteles. Política. III, 1279 a. Pág. 211.

<sup>135</sup> Maria José Marques de Figueiredo. *Op. Cit.* Pág. 325.

<sup>136</sup> Aristóteles. Política. III, 1279b. Pág. 215.

<sup>137</sup> Jean Touchard. *História das Ideias Políticas – Do Renascimento ao Iluminismo*. Vol. II. Edição Europa-América. Pág. 208.

<sup>138</sup> Aristóteles. Política. III, 1279 a. Pág. 211.

para o bem de todos os habitantes. A Politeia é o governo da multidão, esse regime difere-se da Aristocracia, tanto em número de governantes como em termos financeiros, embora não possuam riqueza unem esforços em torno do bem comum, é que a liberdade está acima de qualquer riqueza. É nesse sentido que Aristóteles afirmou: «a riqueza é de poucos, enquanto a liberdade é de todos». <sup>139</sup> Quando os três tipos de regimes se degeneram, dão origem à Tirania, a Oligarquia e à Democracia, respectivamente. Por isso Aristóteles afirma que o primeiro «é o governo de um só com vista ao interesse pessoal;» o segundo «é a busca do interesse dos ricos;» e o último «visa o interesse dos pobres». <sup>140</sup>

---

<sup>139</sup> Idem. Op. Cit. III, 1279a. Pág. 211

<sup>140</sup> Idem. Op. Cit. III, 1280 a. Págs. 213 a 214.

## CONCLUSÃO

Aristóteles fundamentou a sua ética na felicidade «eudaimonia», baseada na prática da virtude da vida social. Não é por acaso que nós sentimos atraídos pela sua filosofia, a razão de fundo é que quanto mais simples é uma teoria maior é o seu poder de atracção.

Do esboço que fizemos da teoria ética aristotélica, julgamos ter realçado o seu desejo ardente e universal da felicidade básica, bem como a necessidade de uma vida comunitária politicamente organizada para a satisfação desse desejo.

O Estagirita tem uma visão optimista da natureza humana. Partindo deste pressuposto, julgamos que foi desta maneira, que posteriormente ele chegou a conclusão sobre aquilo que realmente é possível ao homem realizar. Assim as tragédias e vicissitudes da vida deviam servir de exemplo, isto é, o homem tiraria lição para poder melhorar o seu bem-estar e o bem-estar da sua comunidade. Mas infelizmente, há na natureza humana uma mistura entre o desejo de obter a felicidade e ter que sofrer por esse mesmo motivo. Porque a natureza não constituiu o homem de tal maneira que o seu desejo de felicidade não sofresse qualquer contrariedade? A nossa ilação é de que em tudo há uma hierarquia. No que tange à felicidade humana, a lei natural está no topo e é seguida da lei do homem. Esta é comparada com a lei divina que segundo o cristianismo deve ser seguida por amor e não por medo. Este argumento leva-nos a recordar a seguinte afirmação de Emílio Durkheim que afirma: «(...) teimo em conservar o carácter sagrado da moral, (...) a moral deixaria de ser moral se nada (...) tivesse de religioso»<sup>141</sup> Julgamos que se o homem consciencializar-se desse pormenor, reconheceria que somente pelo cumprimento da lei baseada no amor teria o ideal mais perfeito do seu procedimento. A possibilidade de cada homem ser feliz está nas suas mãos, pois, é dotado da razão e da liberdade.

Deve-se contudo realçar que para alcançar a felicidade, o homem tem que ser livre, mas também precisa de disciplina que deve conciliar os desejos da alma com os desejos do corpo. Aristóteles, embora tivesse impregnado a ideia de contemplação na ética, teve a ousadia de realçar as necessidades corpóreas. Por outro lado, o autor da *Ética Nicómaco* ensinou-nos que é a partir daquilo que somos, que devemos criar estratégias para alcançarmos aquilo que queremos – a felicidade. Por isso, a moralidade aristotélica é um exercício de racionalidade.

---

<sup>141</sup> Emílio Durkheim. Op. Cit. Pág. 245.

Julgamos ter delineado toda a estratégia aristotélica em associar a moral com a política, onde a família e o Estado devem fazer de tudo para promover a felicidade para todos. A moral é a sombra do homem e ser político é algo natural. No entanto, na maior parte das vezes, o homem quer fechar-se a si próprio, negando, deste modo a dimensão política da sua natureza. Hoje mais de que nunca o homem tem à sua disposição os mais modernos meios tecnológicos que facilita a sua vida individual. Contudo, viver sem o outro é cultivar a infelicidade, porque jamais se atinge a felicidade se ela não for partilhada, mas o encontro com o outro, torna-se muitas vezes um processo difícil. Como ultrapassar essa barreira? Aristóteles afirmou que só pela educação podemos alcançar o que queremos, e nós acreditamos que sim, mas diante dos defeitos indesejados que verificamos na nossa sociedade e no mundo, apelamos à família e ao Estado para fazer uma avaliação urgente da educação a ser transmitida, uma vez que o respeito, a compreensão a verdade, a humildade e o sossego estão sendo ultrapassados pelo desrespeito, a intolerância, a mentira, a soberba e a violência. Como é possível que hoje a violência verbal ou física, esteja tão presente no relacionamento entre os indivíduos? Como é possível que em pleno século XXI, com o aumento da escolaridade, a brutalidade ceda lugar ao bom senso e ao civismo? Voltando para o campo da política, Aristóteles tinha depositado uma grande confiança na ciência política por esta abranger todas as outras ciências, cujo objectivo fundamental seria proporcionar felicidade aos homens, mas hoje os políticos nos seus desempenhos têm desiludido os «súbditos.» O outro é tratado como inimigo ou como indiferente. Aquilo a que se chama justiça é desvirtuada e deste modo, não é justo. O desvio das normas legisladas tornou-se hábito e o interesse individual ultrapassa, de longe, os interesses da colectividade. Diante de tantas incompreensões humanas, podemos dizer que a educação é ao mesmo tempo uma solução e um problema, isto porque ela mesma está em crise.

Há na sociedade pessoas com certos traços de carácter que em nada abona a verdade e a felicidade de todos. Aristóteles analisou este problema na tentativa de a resolver, mas no fundo tudo ficou na subjectividade. Ele ao concordar que uma pessoa deve mentir se houver necessidade, consideramos ser um convite à prática de uma acção incorrecta que ele próprio detesta. Nota-se uma certa contradição na sua teoria. Ele baseou-se naquilo que é real, mas na ética precisamos, até certo ponto, de teoria do dever ser. A humildade é uma virtude que conduz-nos à verdade, mas infelizmente em nome da humildade há muita falsidade. Se a verdade por vezes pode contribuir para a nossa infelicidade, não devemos contudo, desprezá-la. A verdade é sempre verdade, seja em que circunstância for.

A educação é uma arte mais sublime e necessária, porque decide geralmente não só o valor da vida e o sentido da existência como determina o destino e o mérito da felicidade. É de

realçar que ela é um campo cheio de falhas onde encontramos famílias que não educam por diversas razões: uns porque não podem; outros porque não querem; e outros ainda porque não sabem. Aristóteles mostrou a necessidade da intervenção do Estado nesta matéria porque a família, apesar do seu abnegado valor, é imperfeita. Mas o Estado possui todos os requisitos próprios para o seu bem comum. Uma delas é a lei, no entanto, esta nem sempre é utilizada de forma correcta. Os homens de Estado violam a lei sempre que pretendem impor as suas ideologias ou protegendo familiares e amigos da mesma «cor política.» Sentindo-se no direito de contribuir para a educação do indivíduo, entrega-o a um mestre que os pais não conhecem e por vezes nem querem. Dada a complexidade da educação, o Estado deve ter o cuidado na selecção dos educadores porque a sociedade precisa de homens educados a nível de conhecimentos científicos, culturais e principalmente a nível moral. Pois, de que vale o homem ter os dois primeiros níveis de educação se moralmente não souber conviver em sociedade? Aristóteles sugere que a educação deve ser gerida pela lei, de modo que facilite a tarefa dos educadores, mas nós chegamos a conclusão de que nem sempre as aspirações do indivíduo vão ao encontro das exigências da lei, contudo, ela visa o bem comum, por isso, deve ser cumprida para evitar o caos na sociedade.

Julgamos também ter abordado com clareza a relação entre a polis e a comunidade, mas achamos descabido a forma como Aristóteles abordou a escravatura, ao estabelecer a relação entre o senhor e o servo, porque se para o autor da obra a *Política*, uns nascem para governar e outros para obedecer, ambos os talentos devem ser valorizados, visto que é da harmonia dos dois é que nasce a unidade, que é um dos determinantes na promoção da felicidade. O Estagirita definiu muito bem a função do cidadão e da Polis, no entanto, seu critério de cidadania é problemático, na medida em que contradiz a ideia de igualdade, pois entendeu que as mulheres não tinham o direito de participar da vida política e somente os homens com capacidade contemplativa podem governar a Polis. Nós entendemos que a felicidade da Polis será alcançada quando for possível o envolvimento de todos os cidadãos idóneos.

Aristóteles foi um defensor da estabilidade dos regimes, mas julgamos que nenhum regime é estável, como não é estável o comportamento do homem que muda conforme o interesse. No nosso entender aqueles que conseguem atingir o poder não escapam à regra, por mais virtuoso que parecem ser, é tudo uma quimera.

Embora os tempos tenham mudado, as necessidades humanas básicas continuaram as mesmas. As pessoas através da história, têm necessidade de amor e de afecto. Têm desejado ser feliz e ter uma vida com significado. Têm precisado de conselhos sobre como lidar com os conflitos da sua própria natureza e como programar a vida eticamente. Aristóteles não ficou

indiferente a estes problemas, a seu modo deixou contribuições para a humanidade. As regras por ele propostas não são absolutas, deixou caminho para as novas investigações. Como ele, também nós temos talentos, procuramos colocar uma pedra na grandiosa obra que é a ética, para o bem-estar da nossa sociedade e da humanidade em geral. Para isso, precisamos estabelecer uma ligação forte e coesa entre a educação, a virtude e a felicidade que pretendemos atingir.

## BIBLIOGRAFIA

- ABBAGANANO, Nicola. História da Filosofia. Vol. I. 4ª Edição. Lisboa. Editorial Presença. S/d.
- ARISTÓTELES. Ética a Nicómaco. 4ª Edição. Brasília. UNB. 2001.
- \_\_\_\_\_ Política. 1ª Edição. Lisboa. Edição Bilingue. 1999.
- BRITO, Glória e outro. Antologia de Língua Portuguesa – Setúbal. Edição Escola superior de Educação. 1994.
- BÍBLIA Sagrada. 1ª Edição. Lisboa. Difusora Bíblia. 1982.
- DURKEIM, Emílio. Sociologia Pragmatismo e Filosofia. Porto. Rés Editora. S/d.
- FIGUEIREDO, Maria José Marques. A Universalidade do Bem e as Particularidades da Liberdade. Lisboa. Universidade de Lisboa 2004.
- GAUTHIER, René-Antoine Introdução à Moral de Aristóteles. Publicações Europa-América. S/d.
- GROETHYSEN, Bernard. Antropologia filosófica. 2ª Edição. Lisboa. 1988.
- LEVINAS, Emmanuel. Ética e Infinito. Lisboa. Edições 70. 1982.
- JOÃO PAULO II. O Esplendor da Verdade. Braga. Editorial A.O. 1993.
- MAGEE, Bryan. Os grandes Filósofos. Lisboa. Editorial Presença. 1989.
- MORIN, Edgar. O Paradigma Perdido: A Natureza Humana. 6ª Edição. Portugal. Publicações Europa-América, 2000.
- \_\_\_\_\_ Os Sete Saberes para a Educação do Futuro, Instituto Piaget. 1999.
- MUNÔZ, Alberto Alonso. Introdução à Leitura da Política de Aristóteles. Versão ultrapreliminar. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP. S/d.
- NOVAK, Michael. Será a Liberdade? Rio de Janeiro, Edição Nórdica. 1988.
- PRADEL, Henri. A Educação pelo Exemplo. Edições Paulinas. S. Paulo. 1963.
- RACHELS, James. Elementos de Filosofia Moral. 1ª Edição. Lisboa. Gradiva Editora. 2004.
- RAVAISSON, Félix Ravaisson. Do Hábito. 2ª Edição. Lisboa. Editorial Inquérito. 1988.
- RAWLS, John. Uma Teoria de Justiça. Tradução de Martins Fontes. São Paulo. 2001.



- REIS, José. Prazer ou Essência do Ético e do Estético. In: Da natureza ao sagrado. Homenagem a Francisco Vieira Jordão. Edição da Fundação Eng. António Almeida. Porto. 1999.
- ROJAS, Enrique. O Homem Light. Portugal. Edição Gráfica de Coimbra. S/d.
- TOUCHARD, Jean. História das Ideias Políticas – do renascimento ao iluminismo. Volume II. Edição Europa-América. S/d.

#### PESQUISA NA INTERNET

- [http://www.mundo dos filosofos. Com.br/ socrates 3.htm](http://www.mundo-dos-filsofos.com.br/socrates3.htm)
- [www. Kanitz br.](http://www.kanitz.br)